

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS
INSTITUIÇÕES DO NORTE FLUMINENSE NO SUPERA RIO**

DANILO BARRETO DE SOUZA

CAMPOS DO GOYTACAZES

JULHO DE 2017

DANILO BARRETO DE SOUZA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS
INSTITUIÇÕES DO NORTE FLUMINENSE NO SUPERA RIO

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública do Centro de Ciências do Homem do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Nilo Lima de Azevedo

CAMPOS DOS GOYTACAZES

JULHO DE 2017

DANILO BARRETO DE SOUZA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS
INSTITUIÇÕES DO NORTE FLUMINENSE NO SUPERA RIO

Monografia apresentada ao Curso
de Administração Pública do Centro de
Ciências do Homem do Laboratório de
Gestão e Políticas Públicas da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública

Aprovada em _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nilo L. de Azevedo – UENF (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Joseane de Souza – UENF

Prof. Dr. Rodrigo Anido Lira - UCAM

“mas aqueles que esperam no Senhor renovam as suas forças. Voam bem alto como águias; correm e não ficam exaustos, andam e não se cansam”.

Isaiás 40:31

AGRADECIMENTOS

Durante esse período de universidade muitas pessoas contribuíram num longo processo de evolução, que, diga-se de passagem, está apenas iniciando. Agradecer a cada um que me impulsionou direta ou indiretamente é o mínimo que posso fazer para retribuir as doses de sabedoria e conhecimento a mim passados.

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado força e disposição para superar todas as barreiras e conquistar cada degrau dessa longa escada rumo ao conhecimento. Agradeço também a minha família em suas parcelas sanjoanense e campista. Ao meu pai, irmão e mãe por todo suporte não só financeiro, mas também motivacional, para que eu viesse para outro município estudar. Aos meus primos Pedro e Paula e minha tia Beatriz que me receberam de braços abertos em sua casa, sempre me tratando como irmão e filho, respectivamente. A família do meu amigo Fernando Antônio dos Santos, que por diversas vezes me recebeu em sua residência com muito carinho e diligência. E também a toda a família Barreto Gonçalves e Rocha Gaiato.

Academicamente, não posso deixar de agradecer aos meus parceiros de pesquisa Murilo Nogueira e José Victor Frutuozo, por todo auxílio profissional a pesquisa de iniciação científica que gerou muitos frutos. Também a nossa Orientadora, Professora, Coordenadora de Curso e carinhosamente por nós chamada de mãe na UENF, Joseane de Souza. Sua experiência, profissionalismo e eficiência nos transformaram e nos prepararam para a vida acadêmica desde o 1º período da faculdade.

Não posso esquecer-me de agradecer aos funcionários do Hospital Veterinário, Secretária da PGBB, CCH, ASCOM e da Incubadora de Empresas Tec Campos. Posso dizer que minhas primeiras experiências profissionais foram bastante satisfatórias e que cada um de vocês contribuiu para que houvesse um amadurecimento profissional.

Aos amigos de luta e representação estudantil da Gestão Institucional e Gestão Representatividade no Centro Acadêmico de Administração Pública Leonel Brizola e da Gestão Novos Rumos na Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas. Juntos, contribuímos para o crescimento do Campo de Públicas e foi exatamente o companheirismo que possibilitou o desenvolvimento de gestões eficientes e eficazes.

Aos meus colegas de classe Thiago, Murilo, Laira, Júlia, Lyzandra, Jéssica, Luana, Bruna, Michely, Mylena, José Victor, Fernando, Lucas, Cátia, Junior e Erwin. Esses foram essenciais em todos os momentos dessa faculdade. Nossa união fazia toda a diferença e nos dava força para não desistir de cumprir com as obrigações. Aos amigos da Aliança Bíblica

Universitária Brasileira – ABUB e do Ministério a Resposta que foram grandes ajudadores. Agradeço também aos amigos do núcleo de conversas pós-almoço que tornaram mais alegres os dias na universidade. Aos amigos da PIB-SJB que sempre me apoiam em oração. A família Novaes que tem sido “coluna” para mim nos últimos meses.

Agradeço a Secretária do LGPP, Thaisa, e ao Secretário da Direção do CCH, Luiz, por todo suporte durante o curso. Aos Professores de todos os laboratórios do CCH e aos que são de outros laboratórios ou instituições e foram com todo empenho compartilhar parte de seus conhecimentos. Destaco aqui os professores Leonardo Miguel, Denise Terra, Nilo de Azevedo, Joseane de Souza, Roberto Dutra, Rodrigo Lira, Sérgio de Azevedo, Mauro Macedo, Edson Terra, Túlio Baita, Hamilton Garcia, Alcimar Ribeiro, Reginaldo Fontes, Frederico Vidigal, Adilson Batista, Cílicia Nunes e Ana Beatriz Maciel. Considero-me um ser privilegiado por ter tido aula com cada um deles, pois a bagagem acadêmica desses professores faz do curso de Administração Pública da UENF um curso diferenciado e de alta qualidade. Seguirei os admirando.

Agradeço novamente ao meu orientador Nilo de Azevedo por tamanha compreensão e auxílio neste trabalho. Certamente seus apontamentos e direcionamentos, ainda quando nem compreendia a importância deste tema, foram essenciais. Esse é um exímio exemplo de professor e humano a ser seguido. Agradeço também a Geiza Rocha e a Daniela Mattos, funcionárias do Fórum de Desenvolvimento do Rio e que foram de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço a UENF. Essa instituição não só nos ensina uma profissão, mas também a sermos cidadãos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aplicação da CCC num processo de Desenvolvimento Regional.....	26
Figura 2: Portal do Observatório do Desenvolvimento Regional.....	33
Figura 3: Complementaridade das Teorias de Desenvolvimento Regional.....	44
Figura 4: Organograma do Fórum de Desenvolvimento do Rio.....	46
Figura 5: Portal ‘querodiscutirmeuestado.rj.gov.br’ do Fórum de Desenvolvimento do Rio..	49
Figura 6: Mapa da Região Norte Fluminense.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de municípios com consórcios públicos, por tipo de parceria, segundo as Macrorregiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2015.....	38
Gráfico 2: Percentual de municípios com consórcios públicos, segundo a área de atuação – Brasil – 2015.....	39
Gráfico 3: Participação percentual de receitas de royalties da região Norte Fluminense Abril/Maio 2011 – 2017.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Doze fatos marcantes sobre o desenvolvimento regional no Brasil a partir dos anos 2000.....	30
Tabela 2: Taxa de crescimento médio anual do PIB total por parte do município e distância da capital do estado (2000-2010) (Em %).....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Consórcios Públicos que municípios da Região Norte Fluminense participam – 2017.....	41
Quadro 2: Câmaras Setoriais e o foco da discussão de seus eventos.....	47
Quadro 3: População estimada por município da região Norte Fluminense – 2016.....	51
Quadro 4: Ações e iniciativas propostas na carta redigida ao final do evento Supera Rio Norte.....	57

LISTA DE SIGLAS

ABAV-RJ – Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABEOC REGIONAL RJ – Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ABIH-RJ – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ACRio – Associação Comercial do Rio de Janeiro
ADESG-RIO – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AEERJ – Associação de Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMCHAM-RIO – Câmara Americana do Comércio no Rio de Janeiro
ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APLS's – Arranjos Produtivos Locais
CBB – Centro de Biociências e Biotecnologia
CCC – Causação Circular Cumulativa
CCH – Centro de Ciências do Homem
CCT – Centro de Ciência e Tecnologia
CCTA – Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias
CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEIVAP - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CIRJ – Centro Industrial do Rio de Janeiro
CRC-RJ – Conselho Regional de Contabilidade
DIRUR – Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
EUA – Estados Unidos da América
FACERJ – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro
FAERJ – Federação da Agricultura Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDCO – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

FECOMÉRCIO-RJ – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro

FETRANSPOR – Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FNDE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GESTRIO – Associação de Gestores Públicos do Estado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e gás

IBVRIO – Instituto Bolsa Verde Rio

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IFF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MI – Ministério da Integração Nacional

NF – Região Norte Fluminense

OCPF – Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo

ODR – Observatório do Desenvolvimento Regional

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PRODESMAR – Programa de Desenvolvimento Social de Macaé e Região

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica

RCE-RJ/UNU – Rede de Ensino/Sistema Uno

REDETEC – Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro

RM – Região Metropolitana

SEBRAE-RJ – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro
SESC – Serviço Social do Comércio
SESCON-RJ – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Rio de Janeiro
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST – Serviço Social de Transporte
SINDRIO – Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Estado do Rio de Janeiro
SNA – Sindicato Nacional de Aeronautas
SNIDR – Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional
SRC – Sindicato Rural de Campos
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEZO – Universidade Estadual da Zona-Oeste
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UM-BC – Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Campos
UVA – Universidade Veiga de Almeida

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Carta Redigida ao final do evento Supera Rio Norte.....	77
ANEXO 2 – Termo de Confidencialidade e Sigilo Fórum.....	79
ANEXO 3 – Questionário enviado ao Fórum de Desenvolvimento do Rio.....	80
ANEXO 4 – Termo de Confidencialidade e Sigilo Deputados.....	86
ANEXO 5 – Questionário enviado aos Deputados.....	87

RESUMO

SOUZA, Danilo Barreto de. Desenvolvimento Regional: uma análise da participação das instituições do Norte Fluminense no Supera Rio. Campos dos Goytacazes (RJ): UENF, 2017, p. 93. Monografia (Bacharel em Administração Pública). Orientador: Prof. Dr. Nilo de Azevedo.

Este trabalho tem a finalidade de analisar o Supera Rio Norte como um espaço de debate, discussão e formação de agenda do processo de desenvolvimento regional do Norte Fluminense junto a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Essa análise passa por um estudo teórico através de uma breve evolução das teorias de desenvolvimento regional, a maneira pela qual a Política Nacional de Desenvolvimento Regional coordena as políticas subnacionais afins e a forma como a descentralização político-administrativa incentivou a existência de um federalismo cooperativo, impactando positivamente na busca pela diminuição das desigualdades regionais presentes em todo o Brasil.

Palavras chaves: Desenvolvimento Regional, Federalismo cooperativo, PNDR.

ABSTRACT

This work aims to analyze the Supera Rio Norte as a space for debate, discussion and agenda formation of the North Fluminense's regional development process. The event is a initiative of the to the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro. The theoretical approach make a review of the regional development theories, to understand the a Política Nacional de Desenvolvimento Regional as a mechanism to coordinates sub national policies and encouraged the existence of a cooperative federalism, positively impacting the search for the reduction of the regional inequalities present in Brazil.

Keywords: Regional Development, Cooperative Federalism, PNDR.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22
2.1. Desenvolvimento Regional no século XX.....	22
2.2. Principais correntes de pensamento	23
3. O SÉCULO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	29
3.1. Desenvolvimento Regional no Brasil no Século XXI	29
3.2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os órgãos de desenvolvimento	31
3.3. Descentralização e Federalismo Cooperativo.....	34
4. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO E DIRECIONAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	43
4.1. Complementaridade das Teorias do Desenvolvimento Regional	43
4.2. Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro	45
5. PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	50
5.1. Breve Caracterização da Região Norte Fluminense	50
5.2. Supera Rio Norte.....	55
5.2.1. Mesa de abertura.....	58
5.2.2. Mesa com instituições convidadas.....	60
5.2.2.1. Federação de Indústrias do Rio de Janeiro.....	61
5.2.2.2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.....	62
5.2.2.3. Serviço de Apoio às Micro Empresas do Rio de Janeiro.....	63
5.2.2.4. Sindicato Rural de Campos.....	64
5.2.2.5. Instituto Bolsa Verde Rio.....	65
5.2.2.6. Universidade Estadual do Norte Fluminense.....	65
5.2.2.7. Porto do Açú.....	67
6. CONCLUSÃO.....	69
Referências Bibliográficas	72
ANEXO 1 – Carta Redigida ao Final do Evento Supera Rio Norte	77
ANEXO 2 – Termo de Responsabilidade Fórum.....	79
ANEXO 3 – Questionário enviado ao Fórum de Desenvolvimento do Rio	80
ANEXO 4 – Termo de Responsabilidade Deputados	86
ANEXO 5 – Questionário enviado aos Deputados	87

1. INTRODUÇÃO

As discussões acerca do desenvolvimento regional no Brasil voltam ganhar relevância no início do século XXI, sobretudo após as duas últimas décadas do século XX onde as correntes ideológicas liberais assumiram como *mainstream* em relação à posição do papel do Estado sobre o desenvolvimento regional, fazendo acreditar que o mercado por si só era capaz de conduzir o país nos direcionamentos necessários a esse tipo de desenvolvimento.

Para discutirmos desenvolvimento nacional brasileiro e ou de forma mais universal, em outros países, devemos pensar em desenvolvimento regional e considerar que o processo de desenvolvimento econômico e social não acontece de maneira idêntica ou homogênea em todos os lugares. No caso do Brasil, que é um país extremamente diversificado em todos os sentidos, a questão regional deve receber atenção redobrada, já que é possível identificar uma grande desigualdade não só de renda, mas também nas estruturas produtivas e dos padrões de divisão social do trabalho. (CARLEIAL & CRUZ, 2009).

As diferenças regionais existentes no Brasil, nesse sentido, fazem com qualquer discussão a respeito de desenvolvimento, seja qual for à natureza, se torne complexa. Além disso, a rápida urbanização ocorrida a partir da segunda metade do século passado levou a modificações nos processos produtivos e a um declínio das regiões mais industrializadas (BENKO e LIPIETZ, 1995 apud SOUZA FILHO, n.d.). Logo, houve um crescimento na procura por novas regiões causando uma ascensão econômica das mesmas (STORPER e SCOTT, 1995 apud SOUZA FILHO, n.d.).

Nesse momento as cidades médias mais urbanizadas começam a receber os holofotes, sobretudo por apresentarem um maior dinamismo econômico. Na região Norte Fluminense, região que já possuía forte influência na economia brasileira, não foi diferente. A região tinha sua economia girando em torno principalmente da produção de cana de açúcar. “A partir da década de 70, essas cidades sofreram uma reestruturação econômica, tendo sua economia, a partir de então, baseada na exploração e produção de petróleo” (SOUZA e SOUZA, 2015. p.4). As cidades do Norte Fluminense, principalmente Campos dos Goytacazes e Macaé, sobretudo após essa reestruturação, começaram a atrair pessoas e investidores, se tornando dois dos mais importantes municípios brasileiros que extraem e produzem petróleo.

Ao se pensar em desenvolvimento regional não há “receita de bolo”, principalmente ao se considerar as idiosincrasias de cada região. Todo o desenvolvimento e as

transformações econômicas e sociais ocorridas na Região Norte Fluminense, produto principalmente da exploração e produção de petróleo, exige da Administração Pública uma maior organização e planejamento não só dentro dos limites dos municípios, mas, sobretudo, de forma integrada e regionalmente pensada.

Um dos desafios da descentralização político-administrativa originária da Constituição Federal de 1988 é exatamente buscar alternativas e mecanismos de cooperação dentro do desenho federativo brasileiro para a ação coletiva entre os entes federados (União, estados e municípios), o que é extremamente importante, principalmente por que certos problemas regionais necessitam de ações conjuntas a fim de estabelecer ações que visem diminuir as diferenças econômicas e sociais exorbitantes presentes em todo o território muitas vezes até em municípios vizinhos.

Com objetivo de incentivar a criação e institucionalização de espaços de discussão a respeito do desenvolvimento estratégico em todo o estado do Rio de Janeiro, em 2003, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ criou o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho. Através do Fórum as instituições de cada Mesorregião¹ têm a oportunidade de discutir e apontar o caminho mais adequado para se promover o desenvolvimento a partir da interação constante entre academia, setor produtivo, Poder Legislativo e sociedade civil.

O Fórum trabalha através do sistema de câmaras setoriais realizando debates, seminários e audiências públicas em prol do desenvolvimento do estado do Rio e atualmente conta com 37 instituições parceiras². Dessa forma, busca estabelecer um canal de comunicação entre os atores envolvidos e melhorar a estruturação dos diferentes elos das cadeias produtivas e aprimorar as políticas públicas e serviços.

Recentemente o Fórum tem promovido o “Supera Rio”. Um evento onde as principais instituições de todas as regiões do estado têm a oportunidade de apresentar propostas para o desenvolvimento da mesma. Ao final dos debates, é redigida uma carta para o Poder Legislativo estadual com as principais propostas visando acelerar o processo de desenvolvimento de determinada região. Desse modo, a Assembleia Legislativa do Estado do

¹Mesorregião é uma subdivisão criada pelo IBGE para agrupar diversos municípios de uma área geográfica de um estado com similaridades econômicas e sociais. As Mesorregiões são subdivididas em microrregiões. Não constitui uma entidade político-administrativa, apenas é utilizada para fins estatísticos. (IBGE, 1990)

²ALERJ, ABAV-RJ, ABEOC-REGIONAL RJ, ABES, ABIH-RJ, ACRio, ADESG-RIO, AEERJ, AMCHAM-RIO, ANPROTEC, CEBDS, CIEE, CLUBE DE ENGENHARIA, CRC-RJ, FAERJ, FACERJ, FECOMÉRCIO-RJ, FETRANSPOR, FGV, FIRJAN, GESTRIO, IBP, PUC-RIO, REDETEC, RCE-RJ/UNU, RIO CONVENTION & VISITORS BUREAU, SEBRAE-RJ, SESCON-RJ, SNA, SINDRIO, UENF, UERJ, UEZO, UFF, UFRJ, UVA.

Rio de Janeiro tem a oportunidade de direcionar verbas ou fechar parcerias mais eficientes de acordo com a necessidade de cada região.

Em Junho de 2016, o Supera Rio aconteceu na Região Norte Fluminense, no auditório principal da Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro. Nele estavam presentes alguns representantes dos Poderes Executivos e Legislativos de municípios e deputados estaduais da região, além de algumas instituições de ensino, instituições privadas e de representatividade. Assim, como nos demais eventos do Fórum, o Supera Rio da Região Norte Fluminense produziu um documento com as diretrizes e as principais ações necessárias para o desenvolvimento da região. Além disso, as apresentações de cada participante foram disponibilizadas para consulta no site ‘Quero discutir o meu estado’.

O presente trabalho analisa as apresentações dos atores do Supera Rio na Região Norte Fluminense, buscando entender as demandas dos mesmos para a região, e como estas se inserem na agenda do desenvolvimento. Além disso, a partir de um questionário aplicado à subdiretora do Fórum de Desenvolvimento do Rio foi possível saber quais propostas apresentadas no evento Supera Rio Norte já estavam em pauta na ALERJ e quais se tornaram após o evento.

Com essas questões em mente, este trabalho, aborda alguns elementos da questão do desenvolvimento regional e forma com que os atores influenciam no processo de desenvolvimento econômico e social. Assim esta dividido em 7 capítulos. Além deste capítulo, onde é feita uma breve introdução, no capítulo 2, é apresentada a metodologia utilizada para realizar as análises tanto das apresentações dos atores quanto das informações obtidas através do questionário. No capítulo 3 é realizado um apanhado teórico sobre a evolução das teorias de desenvolvimento regional e as discussões acerca do mesmo no século XX. O capítulo 4 se dedica a descrever fatos que impactaram o desenvolvimento regional no Brasil no século XXI, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e também descreve como o federalismo cooperativo e a descentralização político-administrativa ocorrida no Estado brasileiro influenciaram o desenvolvimento regional no sentido de buscar arranjos de cooperação entre os entes federados a fim de diminuir as desigualdades regionais e resolver problemas comuns. O capítulo 5 se dedica a mostrar a papel de espaços de discussão integrada para se pensar o desenvolvimento e se divide numa demonstração da complementaridade das teorias de desenvolvimento regional e uma seção dedicada ao Fórum de Desenvolvimento do Rio. No capítulo 6 é realizada uma breve caracterização da Região Norte Fluminense e logo após descrição do evento Supera Rio é realizada uma análise

qualitativa das apresentações dos atores presentes no evento. Por fim, são realizadas algumas considerações finais.

Em relação a metodologia, serão utilizados para analisar algumas técnicas de pesquisa. Para a atuação dos atores políticos no processo de discussão do desenvolvimento regional do Norte Fluminense será utilizada uma análise documental. Os objetos de estudo serão as apresentações individuais das instituições e atores políticos, a transcrição do evento, a carta redigida ao final do evento, bem como o questionário aplicado ao Fórum de Desenvolvimento do Rio.

A princípio, será feito um levantamento bibliográfico a respeito de desenvolvimento regional e federalismo, para compreendermos o tema e posteriormente realizarmos exposições embasadas nas diversas experiências e teorias já elaboradas anteriormente por outros escritores da área. A estrutura teórica deste trabalho se insere no contexto da relação dos atores sociais com a participação na discussão integrada em prol do desenvolvimento regional. Além disso, também é explicitada a forma que as ações governamentais a nível nacional vão influenciar na questão regional.

Durante o trabalho também foram realizadas pesquisas em portais de observatórios com o intuito de trazer o tema apresentado para a realidade da RNF e, em alguns casos, para a realidade de alguns municípios em questão. Foram utilizados o Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo e o Observatório do Desenvolvimento Regional.

Será exposta a estrutura do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado Jornalista Roberto Marinho e os atores e instituições participantes. Ainda seguindo a abordagem qualitativa, foi enviado um questionário com perguntas abertas a Subdiretoria Geral do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio, ao deputado que idealizou o evento e também aos deputados que conduziram a edição do evento na RNF. Ambos sobre o próprio Fórum e sobre o evento Supera Rio do Norte Fluminense com o intuito de obter mais informações cada ator participante e coletar informações sobre possíveis evoluções a partir do que foi proposto no Supera rio. Nesses, não obtivemos sucesso nos questionários aplicados aos Deputados que participaram da edição do evento na RNF.

Por fim, será feita a análise documental das apresentações das instituições e atores políticos, da carta que foi redigida ao final do evento Supera Rio. Ao longo do texto, serão explicadas de forma mais detalhada a forma pela qual foram obtidos. É importante ressaltar que não será realizada uma análise comparativa das apresentações, considerando que cada ator possui um campo de atuação e uma visão específica em relação ao desenvolvimento.

Dessa forma, cada instituição ou representante vai colaborar de maneira diferente. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é mostrar/descrever a influência de cada ator e a forma como eles pensam o desenvolvimento para a Região Norte Fluminense.

2. EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este capítulo apresenta uma breve apresentação da evolução das teorias acerca do Desenvolvimento Regional, que surgiram logo após a crise econômica de 1929, principalmente nos Estados Unidos, que colocou em cena a necessidade do Estado, como ator privilegiado e estratégico, de direcionar e de regular o desenvolvimento, visto que o mercado em seu caráter seletivo aumentava ainda mais as diferenças sociais e econômicas das regiões. Além disso, mostra à forma como esse *mainstream* ideológico influenciou positivamente as políticas de governo no Brasil e em países de todo o mundo, tanto periféricos quanto países centrais.

Neste capítulo, são apresentadas a Teoria dos Polos de Crescimento, e seus principais representantes Perroux e Boudeville, a Teoria da Causação Circular Cumulativa de Myrdal, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento de Albert O. Hirschman e North e, por fim, a Teoria do Desenvolvimento Regional Endógeno, que insere por completo nas discussões acerca do desenvolvimento de determinada região a importância do Capital Social.

2.1. Desenvolvimento Regional no século XX

A crise de 1929 mostrou a necessidade de se colocar em pauta o desenvolvimento regional, principalmente em países mais desenvolvidos. Para Diniz (2009), a crise deixava clara as desigualdades regionais e acabou por mudar a concepção do papel do Estado em países mais industrializados. Começam a surgir políticas de redução das desigualdades regionais e de reordenamento do território. Além disso, surgem também instituições destinadas à implementação dessas políticas não só na Europa, mas também na América do Norte e Latina. Os países periféricos assimilaram posteriormente a onda de criação de políticas de desenvolvimento regional ocorrida nos países mais centrais.

No século XX, o Brasil passou por dois momentos onde o Estado era visto como organizador e ator social, interferindo na economia e definindo os rumos do desenvolvimento. Os períodos pós-Segunda Guerra Mundial e da década de 50 a 70 foram períodos onde a intervenção estatal foi de extrema importância para o desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente para o Nordeste e Centro-Oeste (OLIVEIRA, 2011, n.p.).

Lima e Simões (2010) destacam que as experiências de Estados mais ativos, que constituíram elementos chaves nos esforços bem sucedidos para a construção de modernas economias de mercado, levaram a acreditar que a intervenção governamental na economia era de extrema importância para um rápido crescimento industrial.

A proposta liberal, que entrega a responsabilidade do direcionamento do desenvolvimento regional ao mercado, tende a agravar as diferenças regionais, na medida em que, na sua seletividade, prioriza os grandes centros urbanos. Além disso, “a dinâmica regional entregue apenas às próprias decisões de mercado tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando as fraturas herdadas” (ARAÚJO, 1999, p.2). Ainda antes da metade do século XX já se via a importância do Estado, mas é somente a partir da década de 50 que conseguimos observar de fato uma atuação do Estado em prol do desenvolvimento regional.

2.2. Principais correntes de pensamento

Entende-se que uma região, “como unidade de análise, é representada por um conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo” (LIMA e SIMÕES, 2010, p.6). Considerando a existência de várias teorias que visam explicar a lógica das dinâmicas regionais, serão expostas algumas das principais teorias e a forma como os autores interpretam as relações econômicas e sociais dentro de uma região.

Diniz (2009) mostra que havia um consenso de diversos teóricos como Isard, Perroux, Boudeville, Myrdal, Hirschman, North e outros sobre as relações interindustriais ou insumo-produto como provedora do processo de desenvolvimento regional e em relação ao papel do Estado. Os estudos desses teóricos “basearam-se na polarização da produção econômica nos espaços e nas economias externas e de aglomeração, evidenciando a irregularidade do processo de desenvolvimento econômico, o que justificaria a intervenção estatal em prol do desenvolvimento regional” (LIMA e SIMÕES, 2010, p.15).

Na chamada Teoria dos Polos de Crescimento, Perroux e Boudeville, convergiram em diversos pontos, chegando a realizar distinções de espaços regionais muito semelhantes. O discurso de Perroux não mostrava de forma detalhada possíveis políticas econômicas para se pensar desenvolvimento regional, mas orientava a forma pela qual as mesmas deviam se estruturar. Lima e Simões (2010) destacam que Perroux acreditava não só na importância dos grandes empresários privados no processo de formulação e implementação de políticas econômicas, mas também na iniciativa dos poderes públicos (LIMA e SIMÕES, 2010).

A grande diferença entre as ideias de Perroux e Boudeville estava na forma de enxergar o conceito de Polos de crescimentos, ou seja, na forma de definir os espaços de estudos em que se pensam o desenvolvimento. Enquanto, o primeiro defendia a ideia de espaço homogêneo, espaço polarizado e espaço plano, o segundo propunha uma continuidade geográfica e trazia a luz a concepção de região homogênea, região polarizada e região plano. Essa diferença de visão abriu espaço para que os territórios voltassem a serem vistos como

região integrada e para o surgimento de políticas regionais (PERROUX, 1997, BOUDEVILLE, 1969 apud DINIZ, 2009, p. 231).

Na mesma linha, como observam Lima e Simões (2010), Boudeville coloca os instrumentos de políticas regionais como essenciais a orientação dos polos de desenvolvimento urbano. Além disso, exemplifica a importância dos centros urbanos possuírem uma compatibilidade de políticas para que haja integração do território nacional, destacando a coesão, complementaridade e cooperação nas políticas como fundamentais para a colaboração entre as regiões. Nas palavras dos próprios autores:

Coesão, complementaridade e cooperação são fundamentais para o crescimento harmonizado, o que evidencia a necessidade de políticas de colaboração entre as regiões. Estas não devem ser consideradas entidades independentes no território nacional, mas partes do todo, ligadas às demais unidades regionais subordinadas à concepção nacional do bem comum. (LIMA e SIMÕES, 2010, p. 8).

Para Carleial e Cruz (2009) falar de coconstrução e a coprodução de políticas públicas de forma negociada remete a processos extremamente complexos para que se atinja a democratização. “A coconstrução ocorre quando a sociedade civil e mercado participam da elaboração da política pública e a coprodução quando esses mesmos agentes participam da implementação da política pública” (CARLEIAL E CRUZ, 2009, p.17).

Ainda sobre coesão e coprodução de políticas:

Boudeville refere-se à necessidade de políticas econômicas para harmonizar o crescimento, enquanto Perroux considerava o plano de ação como sendo de unidades produtoras, apenas referindo-se a possibilidade dessa unidade ser estatal. Boudeville esforça-se em conceder caráter pragmático à análise espacial, enfatizando os aspectos passíveis de utilização em planejamento. (ROLIM, 1982 apud LIMA e SIMÕES, 2010 p.8).

Outra teoria utilizada nas mesmas décadas é a Teoria do Desenvolvimento Econômico e o Processo de Causação Circular Cumulativa de Gunnar Myrdal. O autor faz distinções entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos sob a ótica econômica caracterizando como desenvolvidos os países com altos níveis de renda *per capita* e integração nacional e os subdesenvolvidos como países com baixo nível de renda *per capita* e de crescimento. Assim como as disparidades nos grandes países aumentavam, as disparidades internas também aumentam, sobretudo nos países subdesenvolvidos (LIMA e SIMÕES, 2010).

Segundo Oliveira e Atílio (2014) um dos pontos interessantes da teoria de Myrdal e essencial para a discussão do desenvolvimento é que ele faz uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento, que define como a ascensão social da população de determinado local ou país. Nesse contexto, ele insere o conceito de Causação Circular

Cumulativa, definindo-a como a causa e a consequência de determinada ação, ou seja, um ator social na medida em que tomar atitude, seja ela positiva ou negativa, causará efeito em todos os atores que o cerca e posteriormente sofrerá com a consequência da sua própria ação.

Shankar e Shah (2003 apud IPEA 2015), em estudo sobre as disparidades dos PIB's *per capita* regionais para seis países com grande extensão territorial no mundo, identificaram que em 1997 o Brasil apresentava a terceira maior desigualdade regional. Fato que demonstra o grande desafio de se pensar políticas públicas de planejamento e desenvolvimento regional num país tão extenso e repleto de diversidades econômicas e sociais.

Myrdal (n.d. apud LIMA e SIMÕES, 2010) acreditava que somente a teoria econômica não era capaz de lidar com toda a complexidade das regiões, pois ao considerar somente fatores econômicos poderia desconsiderar diversos fatores que interferem diretamente no desenvolvimento regional. Para isso criou a teoria para explicar a dinâmica econômica regional chamada Teoria da Causação Circular Cumulativa – CCC.

O processo cumulativo pode ocorrer nas duas direções, positiva e negativa, e o mesmo, se não regulado tende a aumentar as disparidades entre regiões. [...] O objetivo da Teoria da Causação Circular Cumulativa seria então analisar as inter-relações causais de um sistema social enquanto o mesmo se movimenta sobre a influência de questões exógenas. Deve-se identificar os fatores que influenciam o processo, quantificar como os mesmos interagem e influenciam uns aos outros e como são influenciados por fatores exógenos, pois são justamente estes últimos que movem o sistema continuamente, ao mesmo tempo em que mudam a estrutura das forças dentro do próprio sistema, o que justifica a intervenção pública. Quanto mais se conhece sobre a forma de interação dos diferentes fatores analisados, mais adequados serão os esforços de políticas adotados e maior será a probabilidade de maximizar os efeitos da mesma. (LIMA e SIMÕES, 2010, p. 9).

O problema das disparidades regionais é um problema comum a todas as regiões de determinado país e as políticas devem ser pensadas de modo a considerar os fatores econômicos e não econômicos e cientes das incertezas dos resultados próprios da CCC. “Deve-se aproveitar o que há de melhor na experiência internacional. As técnicas utilizadas nos países desenvolvidos devem ser analisadas de forma crítica e aplicadas à realidade dos países subdesenvolvidos, [...] são indispensáveis investimentos em ensino e extensão” (LIMA e SIMÕES, 2010, p. 11).

Em suma, a Teoria da Causação Circular Cumulativa vai trabalhar com a ideia de identificar fatores que influenciam o processo de equilíbrio mútuo entre esses mesmo fatores e a forma como interagem e influenciam uns aos outros sempre motivados por um fator exógeno. A justificativa da intervenção pública desta teoria esta exatamente na premissa de

que um fator exógeno é capaz de influenciar as inter-relações de forma contínua, ao passo que mudam as forças dentro do próprio sistema e essa força gera interação e equilíbrio aos atores.

Figura 1: Aplicação da CCC num processo de discussão sobre Desenvolvimento Regional



Fonte: Elaboração do autor.

A Figura 1 exemplifica bem uma aplicação da CCC na realidade observada por este trabalho. Como observa Myrdal (1957 apud COSTA, 2013, n.p.), as forças presentes num ciclo não produzem necessariamente um equilíbrio estável. Devido às interligações nos processos, qualquer ação dentro de um ciclo causaria impactos e modificaria as demais forças, gerando novas interações. As novas interações gerariam um processo cumulativo. Dessa forma, o autor aponta que as políticas de um Estado poderiam gerar novos processos cumulativos.

Como exemplificado na Figura 1, com os municípios cada vez mais ligados pelos ciclos de produção, começam a surgir espaços para a discussão integrada. O direcionamento do Desenvolvimento através dos fóruns, audiências públicas e eventos podem ajudar para que nessas discussões seja possível captar as demandas e identificar caminhos apresentados para acelerar o processo de desenvolvimento e com isso valorizar os Arranjos Produtivos Locais –

APL's³. Com a valorização dos ciclos de produção, a Região onde se encontram esses APL's também seria beneficiada e suas instituições teriam mais confiança e espaço no mercado. Com o aumento da produtividade desses APL's, logo se reforçaria a necessidade de se pensar de forma integrada. É importante considerar que, no exemplo da Figura 1, o direcionamento do Estado no desenvolvimento da região poderá se dar em qualquer das etapas do CCC e através de diversas forças presentes no ciclo cumulativo e não necessariamente, ou exclusivamente com ações para institucionalizar espaços de discussão.

Na mesma linha, Albert O. Hirschman e North criam a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento que em síntese consistia no estudo dos mais diversos processos de desenvolvimento econômico e de que maneira ele poderia ser transmitido para outra região. Lima e Simões (2010) ainda ratificam a importância que North dava as instituições econômicas e políticas no processo de amadurecimento das regiões:

Cabe aqui salientar a importância das instituições econômicas e políticas neste processo. Para melhorar a competitividade dos produtos de exportação deve haver um esforço combinado, entre sociedade, setor privado e setor público, ou seja, é preciso unificar esforços políticos visando ajuda governamental. Todavia, apesar de evidenciar a importância da participação governamental para o desenvolvimento local, North não elabora recomendações explícitas de políticas econômicas (LIMA e SIMÕES, 2010, p.15).

A partir desse *mainstream* ideológico a respeito da participação do Estado como condutor e financiador do desenvolvimento econômico, o Estado brasileiro, também adotou esse pensamento, o que foi fundamental para o país. Oliveira (2011) observa que foi exatamente nas décadas de 50 a 70 que no Brasil começam a se criar as Superintendências de Desenvolvimento Regional, que as estatais começam a direcionar recursos financeiros a regiões periféricas e que o governo cria uma política de incentivos a investimento em macrorregiões menos desenvolvidas como o Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Um pouco mais tarde, após diversas mudanças nos processos produtivos e uma queda na procura de regiões fortemente industrializadas houve mudanças não só nas teorias, mas também nas políticas de desenvolvimento regional. Souza Filho (n.d) coloca que “os desequilíbrios regionais preexistentes e estes, agora advindos da reorganização produtiva internacional, passaram a ser basicamente estudados sob duas categorias analíticas distintas: a sustentabilidade e a endogenia”.

³Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (OBAPL's, 2011)

Enquanto as interpretações acerca do desenvolvimento sustentável direcionaram-se para a relação do homem com a natureza, a teoria do desenvolvimento endógeno colocava ainda mais no foco o desenvolvimento regional contribuindo e muito para as discussões acerca das disparidades regionais e indicou alguns instrumentos de políticas para sua correção. (SOUZA FILHO, n.d)

Vásquez Barquero (1988 apud SOUZA FILHO, n.d) afirma a existência de duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno:

A primeira econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtiva possível, os fatores produtivos da região. A segunda sociocultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (BARQUERO, 1988 apud SOUZA FILHO, n.d., s.p.).

Um dos grandes avanços do período foi inserir a sociedade civil e as instituições locais, bem como a iniciativa privada e pública nas discussões do desenvolvimento regional. Considerar o Capital Social de Putnam (1993), “compreendido como o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação” (PUTNAM, 1993 apud SOUZA FILHO, n.d., s.p.), passa a ser necessário para que se aumentem as chances de uma política de desenvolvimento dar certo em determinada região. Souza Filho (n.d) considera o capital social como a base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades do presente e futuro.

3. O SÉCULO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo são apresentados os principais fatos que tem impactado a questão do desenvolvimento regional no Brasil a partir dos anos 2000 e, no caso da descentralização político-administrativa, a partir da Constituição de 1988. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional tem funcionado como mecanismo de coordenação para a implementação dessa política nos níveis subnacionais, fato que busca beneficiar os municípios com menor poder econômico e mais distantes dos grandes centros urbanos.

Além disso, como uma das respostas ao desafio da coordenação federativa advinda da descentralização político-administrativa são apresentados os consórcios públicos, que possibilitam tanto a cooperação vertical (entes federados centrais e municípios) como a horizontal (entre municípios) (ROCHA e FARIA, 2004) para o desenvolvimento de prestações de serviços público e gestão de interesses comuns. Por fim, são apresentados exemplos de consórcios públicos que possuem em sua formação ao menos um município da região Norte Fluminense.

3.1. Desenvolvimento Regional no Brasil no Século XXI

O século XXI se inicia com muitos avanços em relação ao desenvolvimento regional no Brasil, sobretudo após a volta do *mainstream* ideológico de que o direcionamento da questão regional deve ser feito pelo Estado, impedindo que o mercado por si só defina e acabe por aumentar as diferenças econômicas e sociais presentes na maior parte do território brasileiro.

Em 2015, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA realizou uma avaliação sintética da situação da questão regional brasileira a partir da década de 2000. A pesquisa pretendia mostrar fatos que ganharam relevância e que merecem ser considerados nas discussões acerca do desenvolvimento regional atual no Brasil, contudo não constituem uma totalidade da compreensão regional. O Estudo foi realizado em parceria com diversas instituições e chegou a doze fatos marcantes do desenvolvimento regional no Brasil. Todos girando em torno de três elementos benéficos:

- 1-Expansão acelerada das economias regionais;
- 2-Redução das disparidades regionais nos PIB's *per capita* estaduais e macrorregionais;
- 3-Recuperação da capacidade governamental, na forma de instrumentos e recursos para ativar o desenvolvimento regional. (IPEA, 2015, p.8)

Carleial e Cruz (2009) já haviam apontado alguns acontecimentos que viriam a influenciar também a questão do desenvolvimento regional como a rápida urbanização que vinha acontecendo desde a década de 80 com mais 80% da população concentrada nas cidades. Também apontou que ainda que as regiões metropolitanas permaneçam como representativas da população e dinâmica econômica regional, as cidades médias também estavam a apresentar um grande dinamismo econômico.

Tabela 1: Doze fatos marcantes sobre o desenvolvimento regional no Brasil a partir dos anos 2000

Desigualdades Regionais: escalas, medidas e ritmos	
1	Convergência lenta dos PIB's estaduais com divergência em nível municipal;
2	Indústria mais desconcentrada, mas ainda muito aglomerada num polígono no centro-sul e em regiões metropolitanas (RM's) do Nordeste;
3	Crescimento vigoroso das cidades médias;
4	Crescimento puxado pelo consumo das famílias mais pobres;
5	Queda da desigualdade salarial no mercado de trabalho, com efeitos positivos regionalmente;
6	Queda das desigualdades socioeconômicas, mas desigualdades educacionais ainda marcantes regionalmente;
7	Redução da mobilidade de mão de obra com queda da migração entre estados;
Políticas e Instrumentos	
8	Políticas Nacionais agindo como política regional;
9	Diversificação dos investimentos produtivos para a região Nordeste;
10	Políticas de fomento à agricultura com forte concentração no Sul do país;
11	Maior crescimento das vagas no ensino superior (público e privado) nas regiões Norte e Nordeste, com elevação da migração de estudantes universitários;
12	Queda da participação relativa e fraco crescimento do emprego do setor turismo no Nordeste.

Fonte: Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil. IPEA, 2015.
Elaboração do autor.

Como podemos observar na Tabela 1, o Estudo do IPEA dividiu os doze fatos em duas áreas. A primeira com sete fatos que tratam das desigualdades regionais e a segunda com cinco fatos que discorrem de políticas e instrumentos recentes do Brasil. Neste trabalho não vamos abordar todos, mas dois deles nos chamam a atenção para a discussão do desenvolvimento regional na região Norte Fluminense e para este trabalho.

O primeiro deles é o 'Crescimento vigoroso das cidades médias', que será abordado mais a frente quando for introduzida a discussão das principais cidades médias da região Norte Fluminense. Em segundo temos o fato 'Políticas Nacionais agindo como política

regional’, que não se limita apenas a criação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, mas também a valorização das instituições e poderes públicos locais, com o intuito de aproximar a população do Estado e fazer com que as políticas públicas sejam pensadas de forma integrada, mais eficientes e eficazes.

3.2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os órgãos de desenvolvimento

A necessidade de uma política nacional para garantir ações em prol da questão regional já era conhecida por diversos autores no início do século XXI. Uma política que pudesse viabilizar a ação do poder público na missão de diminuir as desigualdades sociais presentes no Brasil e valorizar cada vez mais as atividades produtivas de cada região.

Oliveira (2011) faz uma comparação entre as diferenças de renda per capita entre as regiões brasileiras e estadunidenses. “Nos EUA, por exemplo, a atividade econômica é bastante concentrada. Dois estados – Califórnia e Texas – são responsáveis por quase 22% do PIB. No entanto, a renda *per capita* desses dois estados não se afasta muito da média nacional.” (OLIVEIRA, 2011, n.p.) Para ele a aglomeração produtiva quando concentrada em algumas áreas de um país não é grande problema quando não há grandes diferenças de renda *per capita* entre as regiões. “No caso do Brasil, há importante disparidade de renda *per capita* entre as diversas regiões do País. A igualdade absoluta é difícil de ser observada” (OLIVEIRA, 2011, n.p.).

A Constituição de 1988 prevê como competência da União no Art. 21, inciso IX a elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. Araújo (1999) já sugeria a criação de uma política de desenvolvimento regional a nível nacional na década de 90, mas é partir dos anos 2000 que, com o objetivo de diminuir essas disparidades, melhorar a distribuição econômica no território e valorizar os arranjos produtivos locais já existentes, mais precisamente em 2004, foi implementada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

A PNDR só foi institucionalizada em 2007 a partir do Decreto Nº 6.047 (BRASIL, 2007, B), de 22 de fevereiro. O decreto define o objetivo da política, bem como as estratégias e escalas que são utilizadas em sua implementação. Define também os instrumentos de financiamento e fiscais a serem utilizados e define a competência da implementação da PNDR ao Ministério da Integração Nacional - MI.

A PNDR utiliza das seguintes estratégias para a redução das desigualdades regionais:

I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; e

II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.

Parágrafo único. As estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica (BRASIL. 2007).

A PNDR esta em funcionamento e o Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional, vem acompanhando os ciclos da implementação desta política. Além do já citado acima, o referido decreto também define que o MI fica responsável por realizar relatórios de avaliação anuais e anexar esses relatórios no relatório de Gestão do MI e cria o Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional - SNIDR. Além disso, no Art. 8º do Decreto Nº 6.047/2007, diz que o MI poderá realizar “intercâmbio de informações com os demais órgãos, entidades da administração indireta, organizações da sociedade civil, bem como estados e municípios”.

A primeira avaliação foi realizada em 2010, no governo Lula, na intenção de produzir um relatório dos quatro anos dessa gestão, ou seja, desde a institucionalização da política em 2007 até o fim do mandato. Em 2011, já no governo da Presidente Dilma Rousseff, também foi apresentada uma avaliação. Porém nos anos seguintes, a avaliação não aconteceu.

Dessa forma, o MI fechou uma parceria com a Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais – DIRUR em 2013 para que as avaliações fossem feitas pelo IPEA. Em 2015, o IPEA publicou uma proposta de avaliação por etapas. O compilado dessas etapas propostas foi publicado em fevereiro de 2017 (RESENDE et al, 2017).

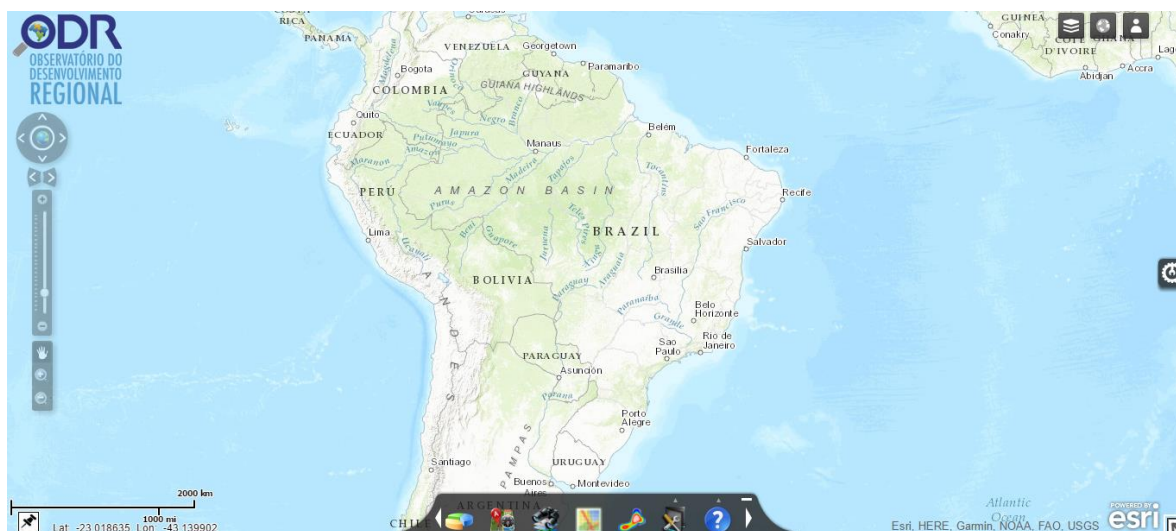
Em suma, a metodologia utilizada seria a avaliação continuada que Resende e Neto (2016) definem como:

A metodologia de avaliação continuada é uma aplicação sistemática de métodos de avaliação, com o intuito de verificar os impactos econômicos e sociais, acompanhar a implementação e averiguar a utilidade de cada instrumento da PNDR. Especificamente, a metodologia de avaliação continuada envolve a utilização de vários métodos de avaliação para um mesmo período de tempo, com o intuito de analisar e de promover melhorias no planejamento, no monitoramento, na eficácia e na eficiência dos instrumentos da PNDR (RESENDE E NETO, 2016).

Além de avaliar a PNDR, a proposta desta parceria também girava em torno do aperfeiçoamento do Observatório do Desenvolvimento Regional – OBR. O projeto do OBR também foi desenvolvido através da parceria entre MI e IPEA com o objetivo de formular indicadores sintéticos para o monitoramento das estratégias mais amplas da PNDR (Resende et al, 2017). Existe um manual disponível no site, porém o sistema utilizado pelo OBR é

muito complexo, o que o torna pouco acessível para pesquisadores, estudantes e profissionais da área que desejarem acessá-lo. Observe na Figura 2 a página de abertura do OBR, um portal de dados georreferenciados com informações sobre as dinâmicas regionais brasileiras (OBR, 2017). Pela característica do sistema do portal, é necessário possuir conhecimentos prévios em demografia e economia para que se possa extrair dados de forma mais precisa.

Figura 2: Portal do Observatório do Desenvolvimento Regional



Fonte: OBR – 2017.

Outro ponto importante em relação à parceria entre o IPEA e o MI é a avaliação anual dos fundos de financiamento constitucionais, visto que desde a constituição de 1988 cresceram de forma considerável.

A proposta de avaliação continuada destina-se, preponderantemente, aos fundos constitucionais – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – e aos fundos de desenvolvimento – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) –, visto que os fundos fiscais – Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) – estão em processo de extinção e os incentivos fiscais ainda carecem de dados padronizados e na forma apropriada para as avaliações propostas. Ressalte-se que, desde sua criação, no âmbito da Constituição Federal de 1988, os fundos constitucionais de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste vêm expandindo seus volumes de recursos à disposição para o financiamento de atividades produtivas. Em 1995, os três fundos totalizavam R\$ 2,5 bilhões (valores de 2010), ao passo que, em 2012, o volume conjunto chegou a R\$ 20 bilhões (valores de 2010) (REDENDE E NETO, 2016).

Até o momento foram publicados três volumes do livro Avaliação da PNDR. Duas feitas de forma independente pelo MI e uma em parceria com IPEA. Espera-se que as

avaliações continuem a serem feitas, pois é uma etapa do ciclo de políticas públicas tão importante quanto a formulação e implementação.

3.3. Descentralização e Federalismo Cooperativo

Nas últimas décadas do século XX diversos países passaram por processos de redemocratização política. O Brasil, recém livre de um período supressão dos direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão, buscava meios para institucionalizar a democracia e lutava para diminuir a diferenças econômicas e sociais de seu extenso território.

A maioria das reformas políticas do Estado brasileiro se deu através de processos inversos ao caso dos Estados Unidos. Enquanto nos Estados Unidos o federalismo se deu a partir da centralização de Estados independentes em busca de um ente central que pudessem governá-los, no Brasil o federalismo se deu por um processo de descentralização. Ou seja, nós tivemos a distribuição de competências administrativas e fiscais aos demais entes federativos e o incentivo a criação de mais municípios.

Através da Constituição Federal de 88, em seu Título III – Da organização do Estado, no Capítulo I – Da organização Político-Administrativa, no Art. 18º. Declara que são entes federados a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal. O novo pacto federativo, portanto, traz a novidade de elevar os municípios a entes federativos, ou entes políticos, o que significa dizer que suas competências não são mais atribuídas pelo ente central, mas pela própria Constituição, que em seu termos lhe atribui à autonomia política, administrativa e financeira. Também é importante frisar, que a Constituição de 1988 possibilita a criação novos municípios (que já são 5.570) ou estados nos parágrafos §3º e §4º respectivamente.

O que se pretendia com essa descentralização político-administrativa e fiscal era fortalecer as instituições políticas locais. Como observa Rocha (2009 apud SOUZA E SOUZA, 2015), ao descentralizar e transferir competências administrativas e fiscais aos entes federados menores, poderia se conseguir um fortalecimento do poder local, institucionalizar os espaços da sociedade civil, gerando maior participação política da sociedade. A promessa da descentralização era que como consequência haveria uma neutralização dos interesses corporativos da burocracia, diminuição da relação clientelista dos políticos ainda existente e ajudaria ao poder local a melhorar os serviços do Estado e aumentar a eficiência das políticas públicas, na medida em que estariam mais próximos da sociedade e perceberiam quais são as

demandas locais. Além disso, poderia “fortalecer mecanismos de transparência e facilitar a fiscalização e a participação dos cidadãos através do *Accountability* (dever de prestar contas do estado) e *Responsiveness* (preocupação em ser eficiente e atender aos interesses os cidadãos)” (SOUZA E SOUZA, 2015, p. 2).

Essa descentralização político-administrativa e fiscal de fato aproximou mais a população de algumas políticas públicas e permitiu que essas chegassem de forma mais eficiente na população, porém pecou na medida em que não considerou as diferenças regionais presentes em todos os estados brasileiros. “A distância que separa o que se almejou do que efetivamente se alcançou é algo a ser mensurado” (ROCHA, 2009). A descentralização favoreceu estados e municípios de forte base econômica, ao passo que reduziu o espaço para ampliação das transferências da União em proveito das unidades economicamente mais fracas da federação.

Para Rezende (1997), o desafio estava na dificuldade em conciliar a descentralização fiscal com as desigualdades regionais. Ele observa que é impossível alcançar um padrão aceitável de prestação e eficiência dos serviços e políticas públicas sem a garantia da chegada dos recursos. O autor vai mais além ainda ao declarar que é necessário haver uma consolidação do compromisso federativo com o atendimento das metas mínimas de expansão e de eficiência na prestação dos serviços e na implementação de políticas públicas.

Além desse problema, é necessário que se estabeleça e que se mantenham os olhos fixados no equilíbrio entre a autonomia e interdependência dos entes federados, uma vez que o não entendimento da necessidade de cooperação pode interferir diretamente na integração política e produtiva de determinada região.

Abrucio (2002) descreve em seu texto que:

O federalismo precisa igualmente responder à questão da interdependência entre os níveis de governo. A exacerbação de tendências centrífugas, da competição entre os entes e do repasse de custos do plano local ao nacional são formas que devem ser atacadas em qualquer experiência federativa, sob o risco de se enfraquecer a unidade político-territorial ou de torná-la ineficaz para resolver a "tragédia dos comuns"⁴, típica do federalismo, vinculada a problemas de heterogeneidade. O fato é que a soberania compartilhada só pode ser mantida ao longo do tempo caso se estabeleça uma relação de equilíbrio entre a autonomia dos pactuantes e a interdependência entre eles (ABRUCIO, 2002, p.164).

⁴A tragédia dos comuns (ou "Tragédia dos bens comuns") ocorre quando indivíduos agem de acordo com seus próprios interesses em detrimento dos interesses melhores de uma comunidade. Agem de forma racional e independente. (HARDIN, 1968)

Para Pierson (1995, p. 458 apud ABRUCIO, 2002, p.166) "mais do que um simples cabo de guerra, as relações intergovernamentais requerem uma complexa mistura de competição, cooperação e acomodação". Ou seja, o maior desafio para equilibrar a autonomia e interdependência dos entes federados é encontrar formas de promoção desse equilíbrio. O desafio está exatamente em não impor institucionalmente que os entes participem de forma conjunta nas discussões ou ações que os envolve, mas de incentivá-los a realizar parcerias entendendo que a composição de forças em prol do desenvolvimento é sempre benéfica para ambas as partes, principalmente quando falamos de região.

A cooperação entre os entes é extremamente importante no nosso federalismo, principalmente por ajudar a diminuir as diferenças econômicas e sociais exorbitantes presentes em todo o território muitas vezes até em municípios vizinhos. Abrucio (2002) nos mostra que:

O modus operandi cooperativo é fundamental para otimizar a utilização de recursos comuns, como nas questões ambientais ou problemas de ação coletiva que cobrem mais de uma jurisdição (caso dos transportes metropolitanos); para auxiliar governos menos capacitados ou mais pobres a realizarem determinadas tarefas; para integrar melhor o conjunto de políticas públicas compartilhadas, evitando o jogo de empurra entre os entes [...] Não se pode esquecer, também, que o modelo cooperativo contribui para elevar a esperança quanto à simetria entre os entes territoriais, fator fundamental para o equilíbrio de uma Federação (ABRUCIO, 2002, p.167).

É de suma importância que se promova a regulação dos interesses locais e que eles estejam alinhados aos interesses nacionais. Dessa forma, qualquer tipo de cooperação se tornará sinal do fortalecimento do modelo federalista implantado no Brasil (HERMANY e TOALDO, 2015).

Quando a cooperação é realizada por entes federados de menor porte, ainda se tem como consequência uma maior percepção por parte da população da existência do Estado e de sua incidência em nível local. Sempre atentos ao perigo da verticalização da cooperação, que faz com que as parcerias se tornem relações de subordinação e também com o excesso de decisão compartilhada, que limita o caráter inovador, tornando-o ímpeto e o cegando para as reais necessidades de cada ente. Sempre a observar os perigos das exacerbações, as políticas e cooperações tenderão a serem mais compreensivas as demandas da população, promoverão desenvolvimento econômico e social e diminuição das desigualdades (HERMANY e TOALDO, 2015) (ABRUCIO, 2002, p.167). Além disso, dessa maneira, a sociedade civil será atendida "em seus anseios pelos três entes federados (município, estado e União) agindo de forma cooperada e integrada" (HERMANY e TOALDO, 2015, p.4).

Carleial e Cruz (2009) apontam que a possibilidade dessas ações combinadas e implementação de políticas pelos entes federados demonstram o avanço que o Brasil obteve pós a Carta Magna de 1988. Os principais ganhos se dão na diminuição das desigualdades regionais, embora ainda considerarem ganhos primários. Para os autores, é necessário continuar incentivando as ações cooperadas e as ações públicas consubstanciadas através de políticas públicas negociadas.

Abrucio (2002) ainda sugere a existência de uma competição saudável para regular as relações e competição entre os entes federados.

As Federações requerem determinadas formas de competição entre os níveis de governo. Primeiro, por conta da importância dos controles mútuos como instrumento contra a dominância (ou tirania⁵, nos termos de Madison) de um nível de governo sobre os demais. Além disso, a competição federativa pode favorecer a busca pela inovação e melhor desempenho das gestões locais, já que os eleitores podem comparar a performance dos vários governantes, uma das vantagens de se ter uma multiplicidade de governos. A concorrência e a independência dos níveis de governo, por fim, tendem a evitar os excessos contidos na "armadilha da decisão conjunta", bem como o paternalismo e o parasitismo causados por certa dependência em relação às esferas superiores de poder (ABRUCIO, 2002, p. 167).

Em 2005, com o intuito de incentivar a cooperação entre os entes federados, definir regras claras e conceder segurança jurídica para o que já vinha acontecendo, o Congresso Nacional decretou e o Presidente Lula sancionou a Lei Nº 11.107 (2005), que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Os consórcios dão a possibilidade da união de dois ou mais entes federados de se unirem em prol de um objetivo em comum, ou seja, são um importante instrumento de cooperação federalista em prol do desenvolvimento regional. “Os consórcios podem discutir formas de promover o desenvolvimento regional, gerir o tratamento de lixo, saneamento básico da região, saúde, abastecimento e alimentação ou ainda execução de projetos urbanos” (AMORIN, n.d, p.3).

Na pesquisa do IBGE de informações básicas municipais buscando mostrar o perfil do município brasileiro em 2015 na pergunta sobre algum tipo de cooperação através de consórcio público, foi constatado que em todas as Macrorregiões e classes de tamanho de população mais de 91% dos municípios brasileiros possuíam algum tipo de consórcio intermunicipal.

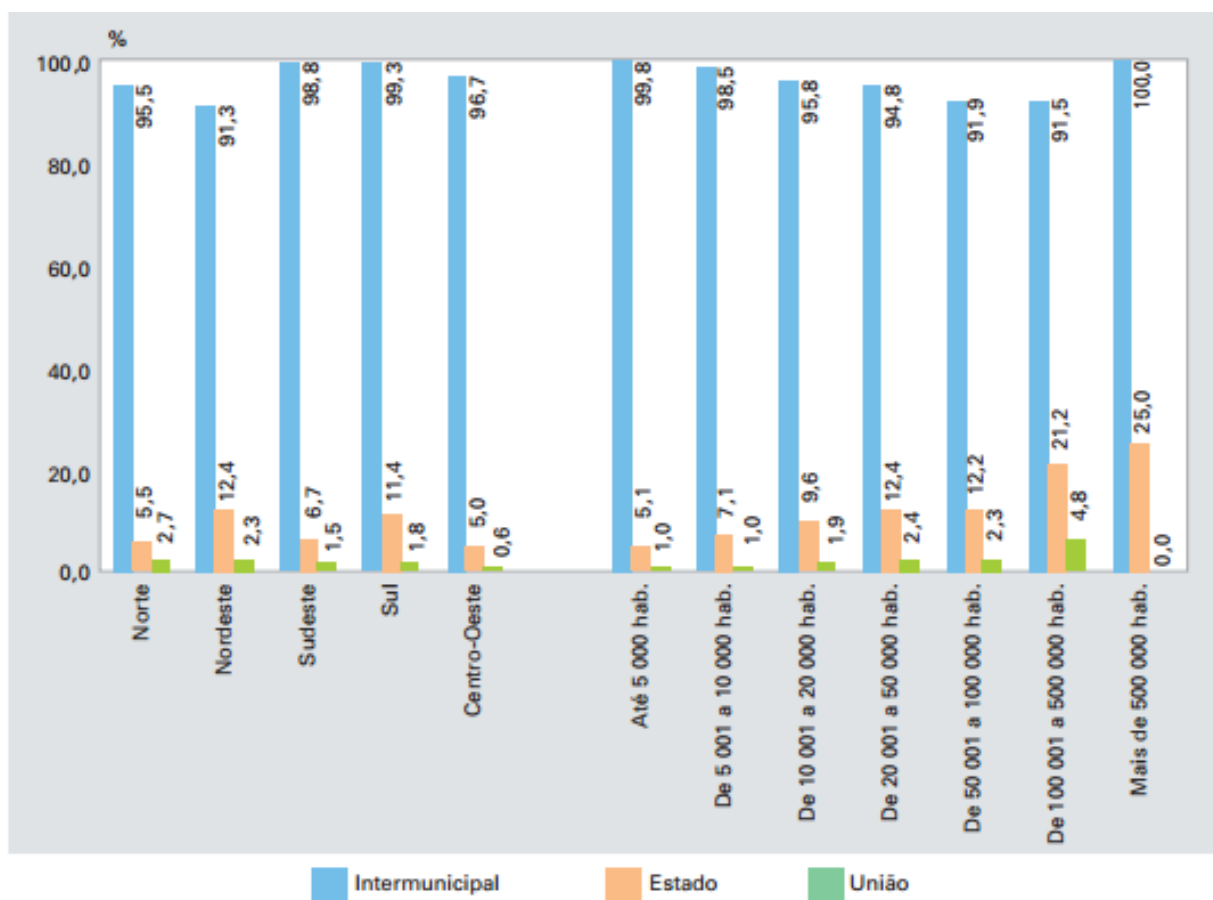
No Gráfico 1, pode se destacar que os municípios com mais 500.000 não possuem nenhum tipo de consórcio com a União e que 100% estão consorciados com outros

⁵ A Teoria da Maioria ou Tirania das Massas de Madison consiste numa crítica acerca das decisões democráticas tomadas por decisão de uma maioria absoluta. Sendo assim haveria uma espécie de opressão aos interesses de uma minoria eleitoral. (MILL, 1942)

municípios. Além disso, esses municípios são os que mais possuem consórcios com o Estado, totalizando 25%.

Outro ponto importante a se destacar no Gráfico 1 é a baixa quantidade de municípios consorciados com a União. Isso se dá devido às regras instituídas na Lei 11.107 (BRASIL, 2005) e em seu Decreto Nº 6.017 (BRASIL, 2007, A), que declara logo no §2º que “a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados”.

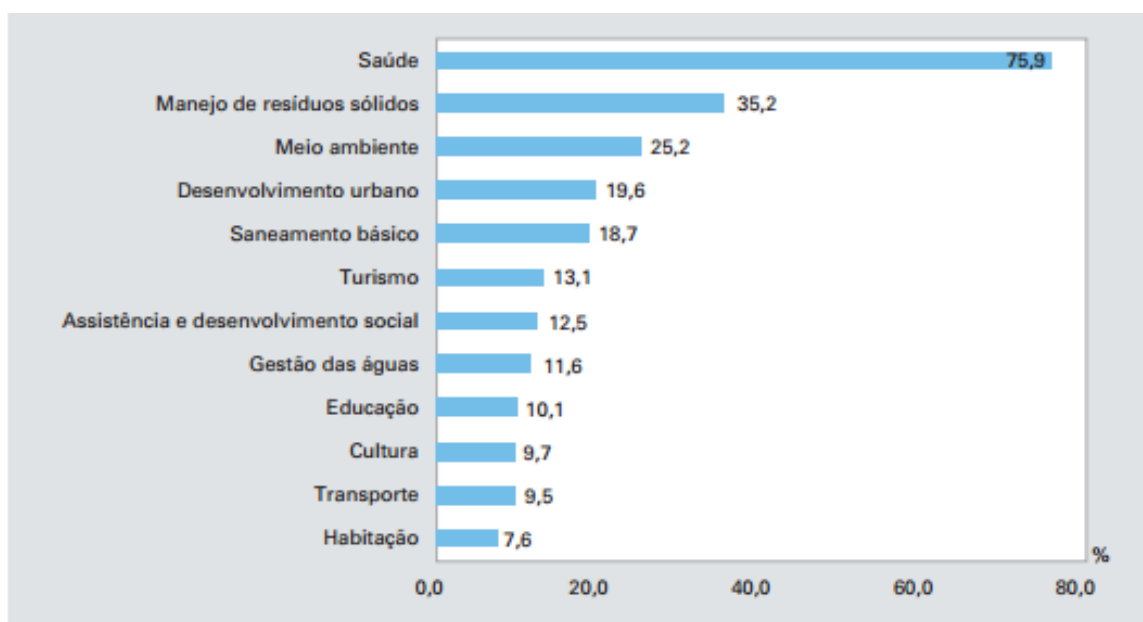
Gráfico 1: Percentual de municípios com consórcios públicos, por tipo de parceria, segundo as Macrorregiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2015, B.

Em relação às áreas de atuação dos consórcios brasileiros, o Gráfico 2 mostra que a ‘Saúde’ é a área com maior percentual de municípios consorciados, totalizando 75%. Outra área que também chama a atenção e vem logo atrás é a de ‘Manejo de resíduos sólidos’, com 35% dos municípios brasileiros. A área com menor quantidade de municípios consorciados é a área de habitação, com a parceria de apenas 7,6% dos municípios brasileiros.

Gráfico 2: Percentual de municípios com consórcios públicos, segundo a área de atuação – Brasil - 2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2015, B.

Incentivar a criação de consórcios públicos ajuda aos diferentes entes federados a se complementarem nas mais diversas áreas. No caso dos municípios com menor poder econômico pode ser uma alternativa para que se desenvolva economicamente e que possibilite a sua população serviços que sozinho não poderia oferecer por razões financeiras, técnicas ou até mesmo por questões de viabilidade. “O efetivo uso dos consórcios públicos e da gestão associada de serviços pode ser instrumento poderoso para o enfrentamento da nova agenda federativa, em especial a agenda das cidades e do desenvolvimento regional” (AMORIN, n.d, n.p.).

De fato, o setor público da maioria dos municípios brasileiros não possui funcionários tecnicamente capacitados, muitos deles ainda são muito dependentes de transferências externas para se manter, o que compromete muito a implementação de políticas e diminui a qualidade dos serviços prestados pelo Estado a nível local. Para resolver tais desigualdades regionais cabe ao Estado desenvolver políticas e mecanismos de coordenação e fomento à cooperação intergovernamental e a implementação de políticas compensatórias. A Constituição de 1988 define no Art. 3º em seu inciso III que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades regionais e sociais. Ou seja, numa federação cooperativa é necessário que se estabeleça mecanismos contínuos para se equilibrar a relação entre os entes federados para indicar onde a centralização das decisões ou a

descentralização se adéqua melhor, e não simplesmente jogar toda a responsabilidade sob um ente federado (ROCHA e FARIA, 2004).

A coordenação e a cooperação federativas fazem parte da organização dos entes federados. Os problemas sociais e urbanos concentrados em algumas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos⁶, microrregiões⁷ podem ser agravados pela falta de cooperação federativa. Dessa forma, articulações de cooperação horizontais (município-município) e verticais (estado-município, União-estado-município) se tornam necessárias para a viabilidade do desenvolvimento de diferentes políticas públicas (IBGE, 2015, B).

Há uma necessidade de sintonia entre os entes federados tanto horizontalmente quanto verticalmente, para que a partir do correto compartilhamento dos recursos possa se alcançar níveis mais altos de eficácia e eficiência das políticas públicas (ROCHA e FARIA, 2004). A Constituição de 1988 em seu Art. 241 autoriza uma gestão associada entre os entes federados do serviço público, mas ainda é importante ratificar que são necessários incentivos contínuos para que os consórcios ocorram da melhor forma possível e contribuam para diminuir as desigualdades e estabeleçam passo ao desenvolvimento regional.

Segundo dados do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo - OCPF existem trinta consórcios no Estado do Rio de Janeiro, desses, dez possuem ao menos um município da região Norte Fluminense consorciado. O Quadro 1 mostra que os consórcios são firmados com municípios não só da região, mas também de outras Mesorregiões como as regiões Noroeste e Centro Fluminense e, no caso do CIR NOROESTE 1, o Estado do Rio de Janeiro também está consorciado, ou seja, os demais são consórcios intermunicipais. Além de municípios de outras Mesorregiões, também encontramos municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Desses dez consórcios, quatro deles são da área de meio ambiente, quatro da área resíduos sólidos, apenas um da saúde e um de desenvolvimento. Desses, apenas três são consórcios intermunicipais somente com municípios pertencentes à região Norte Fluminense. O OCPF não indica todos os municípios que participam do consórcio MRA5, dessa forma, são indicados apenas os municípios da região Norte Fluminense que possuem em seus cadastros a participação neste consórcio da área de meio ambiente.

⁶ “[...] identificaram no País as aglomerações urbanas como unidades que apresentavam um intenso processo de urbanização, aliado a um patamar mínimo de população”. (DAVIDOVICH e LIMA, 1975 apud IBGE, 2016)

⁷ Microrregião é um agrupamento de municípios vizinhos definido pelo Art. 25, §3ª da Constituição de 88 com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

Quadro 1: Consórcios Públicos que municípios da Região Norte Fluminense participam 2017

Nome do Consórcio	Sigla	Área de Atuação	Municípios Consorciados	Observação
Arranjo Regional Norte Fluminense II	AR NORTE FLUMINENSE II	Resíduos Sólidos	Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra	...
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Fluminense	CIS NORTE FLUMINENSE	Saúde	Campos dos Goytacazes, Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra	...
Consórcio de municípios e de Usuários da Bacia do Rio Paraíba do Sul para Gestão Ambiental da Unidade Foz	UNIDADE FOZ	Meio Ambiente	Aperibé, Cambuci, Campos dos Moreira, Italva, Itaocara, Quissamã, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra	CEIVAP
Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Muriaé	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO RIO MURIAE	Meio Ambiente	Campos, Cardoso Moreira, Eugénópolis, Italva, Itaperuna, Limeira, Mirai, Muriaé, Patrocínio do Muriaé	CEIVAP
Consórcio Público de Gestão Associada e Integrada do Serviço de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos – Noroeste	CIR NOROESTE 1	Resíduos Sólidos	Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Cardoso Moreira, Estado RJ, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São José de Uba, Varre-Sai	Fusão recente dos consórcios noroeste I e II. Já possui CNPJ. Definição de áreas para o AS em Itaperuna; AS de São Fidelis com projeto OK.
Consórcio Intermunicipal da Macrorregião Ambiental 5 ou Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Macaé, Macabu, Lagoa Feia e Zona Costeira	MRA5	Meio Ambiente	Municípios da Região Norte: Carapebus, São João da Barra, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã (informação incompleta no site)	...
Arranjo Regional Norte Fluminense I	AR NORTE FLUMINENSE I	Resíduos Sólidos	Carapebus, Quissamã	Protocolo de Intenções assinado. Previsão de construção de AS privado em Quissamã.
Arranjo Regional Centro Fluminense	AR CENTRO FLUMINENSE	Resíduos Sólidos	Bom Jardim, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, Trajano de Morais	...

Consórcio de municípios da Bacia do Rio Itabapoana	CONSÓRCIO RIO ITABAPOANA	Desenvolvimento	Alto Caparaó, Apiacá, Bom Jesus do Itabapoana, Bom Jesus do Norte, Caiana, Campos de Goytacazes, Caparaó, Divino São Lourenço, Dois do Rio Preto, Espera Feliz, Guaçuí, Guanabara, Ilha Grande, Itabapoana, Lagoas Metropolitanas, Macaé, Mimoso do Sul, Paraíba do Sul, Porciúncula, Região dos Lagos, São Francisco do Itabapoana, São José do Calçado, Sepetiba	...
Consórcio Intermunicipal para Recuperação das Bacias dos Rios Bengala, Negro, Grande e Dois Rios	BNG-2	Meio Ambiente	Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes	CEIVAP

Fonte: Dados obtidos no OCPF, 2017.

Elaboração do autor.

Obs.: As reticências (...) significam que não havia informações.

4. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO E DIRECIONAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na primeira seção deste capítulo é apresentado a forma como se trabalhou as teorias apresentadas anteriormente, na medida em que o trabalho desses teóricos se complementa e juntos nos dão a possibilidade de melhor observar a questão do desenvolvimento regional. A justificativa da intervenção estatal, a participação da sociedade, instituições de ensino e instituições privadas são apresentadas como contribuintes ao direcionamento do processo de desenvolvimento.

Posteriormente, se inicia a apresentação do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho. Nesta seção é apresentado a estrutura do fórum e a divisão de focos de discussão utilizados em suas oito câmaras setoriais. Além disso, são apresentados dados obtidos nos questionários aplicados a Subdiretora Geral do Fórum, Geiza Rocha, e ao Deputado Estadual Wanderson Nogueira, idealizador do evento Supera Rio.

4.1. Complementaridade das Teorias do Desenvolvimento Regional

Nas últimas décadas tem se visto que as literaturas a respeito de desenvolvimento regional, econômico e social têm trazido à tona muitas discussões acerca da importância dos atores locais na caminhada rumo ao desenvolvimento.

Quando há participação de instituições e atores políticos regionais no processo de formulação de políticas públicas de desenvolvimento, torna-se mais fácil a construção de consensos que são primordiais para o crescimento em todos os aspectos. A participação possui um caráter instrumental, “[...] derivado da funcionalidade da participação para a articulação de atores sociais e para a viabilização de processos de capacitação e de aprendizado coletivo, extremamente relevante para a promoção de desenvolvimento” (BANDEIRA, 1999, p. 10-11).

Souza Filho (n.d.) destaca que apenas a participação e colaboração, tradição cívica e o capital social não são suficientes para impulsionar o desenvolvimento. Essas ações são importantes para o enfrentamento dos desafios e para o aproveitamento das oportunidades futuras. Dessa forma, a CCC de Myrdal apresentada anteriormente, complementa esta teoria na medida em que abre espaço para a intervenção do Estado. A ação do Estado deve não só oferecer linhas de crédito, incentivos fiscais ou de investimento, mas também deve fortalecer

o capital social do local em questão. Sempre procurando manter e ampliar o estoque de Capital Social (SOUZA FILHO, n.d.).

Quanto maior a participação dos atores que influenciam diretamente no processo de desenvolvimento, maior será a eficácia das políticas governamentais e mais acelerado será o processo de desenvolvimento regional. Bandeira (1999) diz que a maior causa do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos é exatamente a falta de participação. A Figura 3 exemplifica, de forma resumida, os principais influenciadores do processo de desenvolvimento econômico de uma região. Cada um possui uma função diferente e todos são igualmente importantes.

Figura 3: Complementaridade das Teorias de Desenvolvimento Regional



Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante ratificar que os atores que vão influenciar diretamente no processo de desenvolvimento de determinada região não se resumem aos descritos mais acima. Na Figura 3 é feita apenas uma categorização dos principais atores que influenciam o desenvolvimento. Dessa forma fica mais fácil de enxergar a complexidade e a dificuldade que há em reunir atores tão diversos e distintos em suas funções e formas de atuarem para que haja convergência na hora de se pensar o desenvolvimento de uma região.

Ainda assim, é necessário que o Estado direcione as discussões e crie políticas e planos para o desenvolvimento, para que as relações de mercado não acabem por agravar as diferenças regionais. Por esse motivo, torna-se complexo comparar ou utilizar fórmulas para

se analisar os processos de desenvolvimento regional, visto que as idiossincrasias de cada ator e região precisam ser consideradas não só para as análises, mas também para se pensar o desenvolvimento.

4.2. Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro

Antes de se iniciar as considerações a respeito do Fórum de Desenvolvimento do Rio, é importante ratificar que foi enviado para a Subdiretora Geral, Geiza Rocha, e para o Deputado Wanderson Nogueira do PSOL, idealizador do evento Supera Rio, com intuito de coletar informações mais específicas sobre o Fórum que não estavam disponíveis no portal. Considerando que o portal cumpre bem sua finalidade de divulgar as atividades realizadas e as informações relativas ao seu funcionamento, foram poucas perguntas enviadas para os entrevistados. Nesse sentido, o questionário direcionou-se mais a coletar informações a respeito da edição do evento Supera Rio na RNF, um ano após seu acontecimento. Os questionários podem ser visualizados no Anexo 3 e Anexo 5, respectivamente.

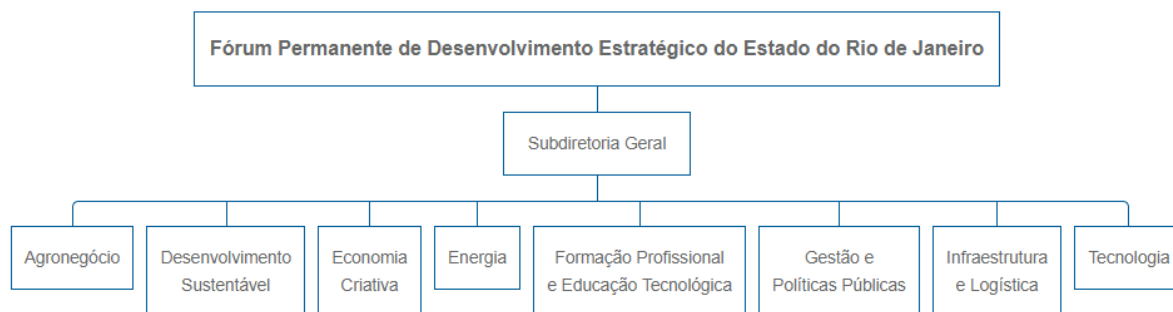
Em 2003, ao observar a necessidade de criar espaços de discussão e integração dos atores que influenciam no processo de desenvolvimento, a ALERJ criou o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro. Jornalista Roberto Marinho. O fórum busca promover debates e criar uma agenda comum que reúna academia, instituições privadas, sociedade civil organizada e o Parlamento Fluminense para que sejam levadas pautas mais condizente com as reais necessidades da população. A participação dos atores políticos e instituições no processo de formulação contribuem para que o Poder Público crie alternativas para cada vez mais integrar os espaços.

Na cartilha ‘Como ampliar a participação no Fórum de Desenvolvimento do Rio’ (n.d) o Presidente da ALERJ e do Fórum de Desenvolvimento do Rio, Deputado Jorge Picciani, diz que há uma diversidade nos temas debatidos nas reuniões do Fórum e nos grupos de trabalho que contribui para o melhoramento do ambiente de negócios e das ações empreendidas pelo Parlamento. Para ele é através de informações qualificadas que nascem as boas leis e as políticas públicas que conseguem de fato melhorar a vida de cidadãos. “O Fórum é um órgão apartidário, subordinado diretamente à presidência da casa (ALERJ). O atual presidente do Fórum é o Deputado Jorge Picciani. Abaixo dele e a frente do Fórum, a subdiretora-geral” (ROCHA, 2017)

Essa iniciativa da ALERJ foi idealizada para funcionar a partir do sistema de câmaras setoriais. Como podemos observar na Figura 4, são oito câmaras setoriais

subordinadas a Subdiretoria Geral. No questionário aplicado a Geiza Rocha (2017), a mesma declarou que a Subdiretoria é subdividida em duas áreas, área de administração e comunicação e possui 7 funcionários atualmente.

Figura 4: Organograma do Fórum de Desenvolvimento do Rio



Fonte: Fórum de Desenvolvimento do Rio, 2017.

Nas câmaras Setoriais são realizados debates, seminários e audiências públicas em prol do desenvolvimento do estado do Rio. O trabalho das câmaras setoriais é permanente e acontece mensalmente. “Todos os eventos são públicos e é possível comparecer como ouvinte. Não é necessário confirmar presença, mas pedimos para que as pessoas façam isso para que possamos ter noção e controle do número de participantes” (ROCHA, 2017). Atualmente o Fórum conta com 37 instituições parceiras que contribuem nas discussões das câmaras setoriais apresentadas de forma resumida no Quadro 2.

Quadro 2: Câmaras Setoriais e o foco da discussão de seus eventos

CÂMARA SETORIAL	FOCO DA DISCUSSÃO
Agronegócio	Quais as vocações do estado do Rio de Janeiro? Que políticas são necessárias para fomentar o desenvolvimento desse setor? Como garantir o abastecimento nos grandes centros, desenvolver os pequenos negócios e a agricultura sustentável no território fluminense?
Desenvolvimento Sustentável	O papel do poder público na promoção da sustentabilidade; os desafios e metas que devem ser perseguidos para garantir um desenvolvimento baseado no tripé economia, sociedade e meio ambiente; iniciativas e boas práticas nacionais e internacionais e a divulgação de estudos que contribuam no enfrentamento dos efeitos do aquecimento global sobre as cidades.
Economia Criativa	Aprofundar o debate sobre os desafios dessa economia e formular propostas que contribuam para estimular o crescimento desse setor de forma sustentável
Energia	Petróleo, o fomento ao desenvolvimento e disseminação do uso das energias alternativas.
Formação Profissional e Educação Tecnológica	Propostas que buscam melhorar a articulação entre o ensino médio e o mercado de trabalho, e o papel do Sistema S ⁸ .
Gestão e Políticas Públicas	Ferramentas e iniciativas que podem contribuir na melhoria da gestão e das políticas públicas fluminenses desenvolvidos nas universidades.
Infraestrutura e logística	Capacidade de escoamento dos produtos por boas estradas e em segurança, definição da vocação dos portos, melhoria de seus aeroportos, propor estratégias e projetos que possam subsidiar políticas e propostas do parlamento.
Tecnologia	Avaliar o impacto das políticas públicas no sistema estadual de inovação, propondo saídas para os gargalos identificados.

Fonte: Fórum de Desenvolvimento do Rio, 2017.

A Subdiretora Geiza Rocha fica responsável pela coordenação dos trabalhos das câmaras setoriais. Os membros de cada câmara são indicados pelas instituições que fazem

⁸ “Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares”. (BRASIL, SENADO FEDERAL, n.d.) Senai, Sesc, Sesi, Senac, Senar, SESCOOP e Sest.

parte do fórum de acordo com o interesse de cada uma delas no foco da discussão. Os Deputados são convidados a participar das reuniões promovidas pelo Fórum, sem restrições nem designação específica. (ROCHA, 2017)

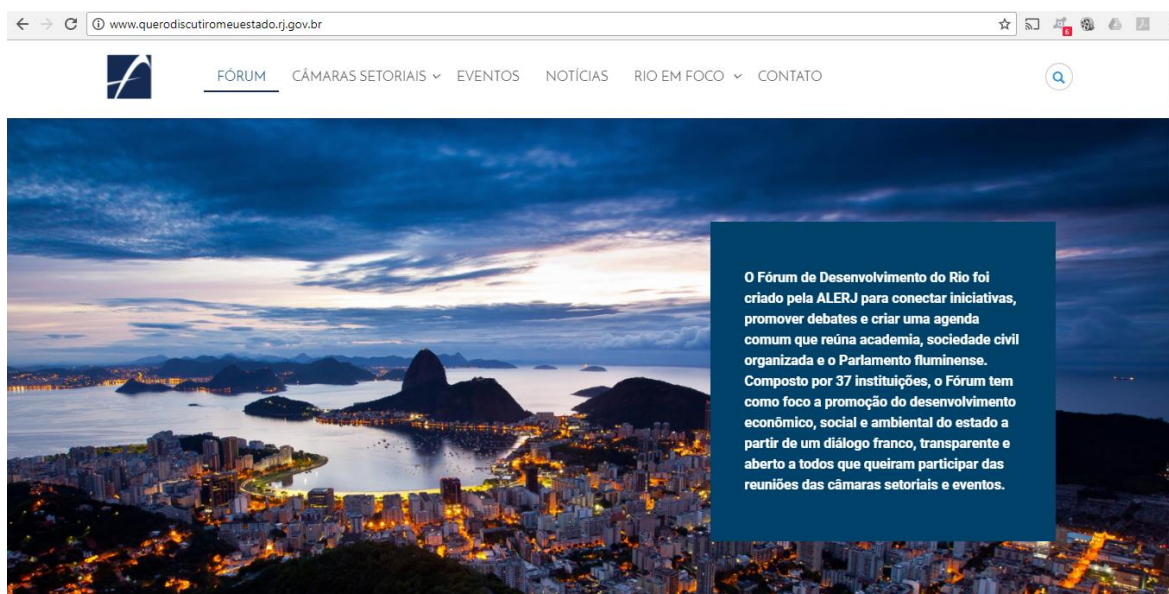
Em pergunta sobre a forma que as discussões realizadas nas câmaras chegam ao plenário ou nas comissões, Geiza Rocha (2017) declarou que são levadas:

Por meio da cobertura realizada pelo departamento de comunicação social e TV ALERJ, através de ofício e em reunião com o presidente da Casa e os deputados. Os assuntos debatidos pelo Fórum são dinâmicos, e está no espírito do trabalho fazer com que as informações cheguem aos parlamentares (ROCHA, 2017).

Em determinadas reuniões das câmaras setoriais e eventos o Fórum determina um tempo para a participação do público presente por meio de perguntas, intervenções e contribuições ao tema abordado. Dependendo da dinâmica do evento, esse tempo é restrito aos convidados a fala.

O Fórum está bem presente nos meios de comunicação. Na TV e no Youtube vai ao ar todas as semanas o programa 'Rio em Foco' que mescla economia e política, apresenta algumas iniciativas inovadoras, estudos setoriais, propostas para o desenvolvimento do estado e para seu crescimento econômico. A equipe do fórum mantém atualizadas as demais redes sociais como o Facebook, Instagram e Twitter. Além disso, também utiliza as plataformas de compartilhamento de documento Scribd e Issuu para divulgar os documentos produzidos e as apresentações utilizadas nos eventos. Em relação aos canais mais adequados para sociedade civil enviar propostas para discussão no Fórum e suas câmaras, Geiza Rocha (2017) declarou ser o site 'Quero discutir o meu Estado', exemplificado na Figura 5, e o e-mail 'forumdesenvolvimento@alerj.rj.gov.br'.

Figura 5: Portal ‘querodiscutirmeuestdo.rj.gov.br’ do Fórum de Desenvolvimento do Rio



Fonte: Fórum de Desenvolvimento do Rio, 2017.

Para Wanderson Nogueira (2017) o trabalho do Fórum tem sido satisfatório, porém nem todos os deputados usufruem dessa ferramenta para enriquecer as discussões no plenário e nas comissões. A respeito de sua percepção com relação à importância do Fórum no questionário respondido para este trabalho ele declarou que:

O Fórum tem uma importância fundamental para a Assembléia Legislativa especialmente no que se refere a aproximar a instituição das organizações sociais em diferentes segmentos. Além disso, o Fórum tem um papel essencial de construir subsídios para que as votações dos projetos de leis sejam respaldadas por discussões aprofundadas dos diferentes temas abordados neste espaço (NOGUEIRA, 2017).

O estímulo da ALERJ na criação e nos incentivos a consolidação de meios para promover a participação dos vários segmentos da sociedade, as instituições e atores políticos pode ajudar a criar uma base mais sólida para o enfrentamento dos problemas existentes, bem como diminuir as disparidades socioculturais e promover o desenvolvimento do estado do Rio. Dessa forma, os eventos e discussões promovidas nas câmaras setoriais e eventos realizados pelo Fórum contribuem para que o desenvolvimento seja pensado de forma integrada e, logo, seja direcionado de forma mais precisa.

5. PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

Neste último capítulo é feita uma breve caracterização da Região Norte Fluminense mostrando algumas características demográficas, suas potencialidades e a forma que a criação do Plano de Desenvolvimento Sustentável Norte - Noroeste do Estado do Rio de Janeiro contribuiu para que os interessados no processo de desenvolvimento pudessem ter acesso a uma carteira de projetos capaz de induzir e acelerar o processo de desenvolvimento dessas regiões a curto, médio e longo prazo.

Posteriormente, são apresentadas as análises do questionário aplicado a Subdiretora Geral do Fórum, Geiza Rocha, e ao Deputado Estadual Wanderson Nogueira em relação ao Supera Rio Norte. Nestes é possível observar o que já era pauta no Plenário e comissões da ALERJ e o que se tornou após esta edição do Supera Rio. Foram identificadas algumas ações/iniciativa propostas que se caracterizam como pautas do Poder Executivo. Além disso, é realizada uma análise documental da transcrição do evento e da carta redigida ao término do evento na RNF, bem como as apresentações de cada representante político e instituição presente.

5.1. Breve Caracterização da Região Norte Fluminense

A Região Norte Fluminense é formada por nove municípios, a saber: Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Macaé, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus, observe a localização geográfica da região NF e dos municípios na Figura 6. Em 2000, a região possuía 699.292 habitantes, 4,86% da população estadual. “Entre 2000 e 2010 esta população cresceu a um ritmo médio anual de 1,97%” (SOUZA e SOUZA, 2015, p.4) e em 2010 alcançou 849.515 habitantes segundo o Censo Demográfico 2000 – 2010, representando 5,31% da população estadual.

Figura 6: Mapa da Região Norte Fluminense



Fonte: O Globo, 2014.

O Quadro 3 mostra a estimativa da população para o ano de 2016. Juntos os municípios da RNF somam um total estimado de 876.052 habitantes.

Quadro 3: População estimada por município da região Norte Fluminense - 2016

Município	População (2016)
Campos dos Goytacazes	487.186
Carapebus	15.293
Cardoso Moreira	12.538
Conceição de Macabu	22.315
Macaé	239.471
Quissamã	23.125
São Francisco do Itabapoana	41.240
São João da Barra	34.884
Total	876.052

Fonte:
Elaboração do autor.

IBGE

Cidades.

As duas cidades médias, Campos dos Goytacazes e Macaé, são as duas principais cidades da região e também as mais populosas e urbanizadas. Dentre os impactos sofridos com a reestruturação econômica da década de 1970 destaca-se o recebimento de expressivas receitas provindas da exploração e produção de petróleo (royalties⁹ e participações especiais¹⁰). A Tabela 2 mostra que elas estão entre os municípios de 100 mil a 500 mil

⁹ Compensações financeiras pagas aos municípios pela extração e produção de petróleo dentro dos seus limites.

¹⁰ Participações financeiras pagas aos municípios a partir do lucro líquido das empresas produtoras em locais de alta rentabilidade.

habitantes com a segunda maior taxa de crescimento anual, com 4,61% a.a. contra 4,43% a.a. de todas as cidades médias. As duas cidades estão classificadas na categoria de 150 km a 300 km de distância da capital. Dessa categoria, as cidades médias são as que mais cresceram superando a média de 4,15% a.a. das cidades com essa distância da capital.

Tabela 2: Taxa de crescimento médio anual do PIB total por parte do município e distância da capital do estado (2000-2010) (Em %)

Distância da capital/ porte do município	Até 50 mil habitantes	De 50 mil a 100 mil habitantes	De 100 mil a 500 mil habitantes	De 500 mil a 1 milhão de habitantes	Mais de 1 milhão de habitantes	Total
50 km ou menos	4,81	5,67	4,13	4,04	2,55	3,22
De 50 km a 100 km	5,40	5,04	4,89	0,18	2,74	4,16
De 100 km a 150 km	4,78	1,42	4,57	–	–	4,06
De 150 km a 300 km	4,12	4,00	4,61	2,47	–	4,15
300 km ou mais	4,44	3,90	4,39	4,85	–	4,35
Total	4,54	4,04	4,43	3,31	2,56	3,65

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE.

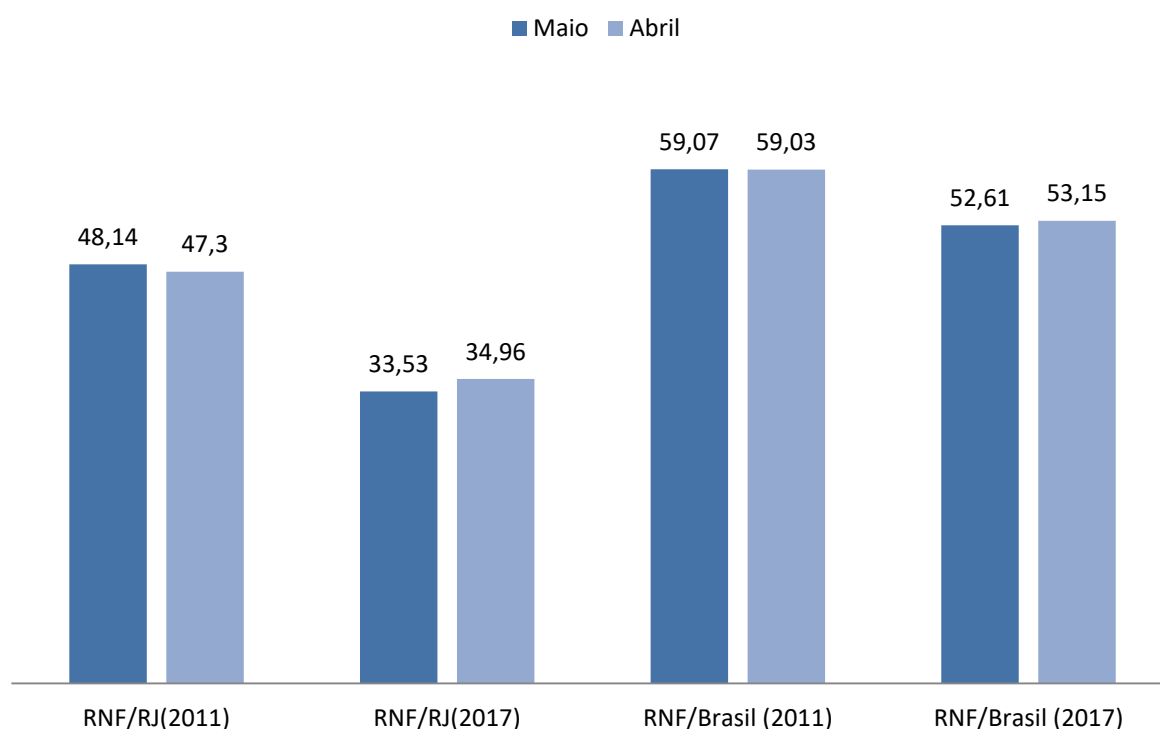
Elaboração IPEA, 2015.

Obs.: O traço (-) significa que não foi encontrado município com tais características.

Em 2014, Campos dos Goytacazes recebeu R\$ 1,1 Bilhão de Royalties e Participações Especiais, enquanto Macaé recebeu R\$ 534 milhões. Dos 969 municípios petrorentistas até então registrados, eles receberam 22,3% de toda a renda petrolífera distribuída. Fato que os colocou em 1º e 2º lugar no ranking nacional de municípios petrorentistas, em 2014 (INFO ROYALTIES, 2014). Até meados de 2017, Campos recebeu R\$ 148.343.771,65 e Macaé recebeu R\$ 162.037.433,76. Esses valores são valores correntes apenas de royalties e mostram a queda de arrecadação dos municípios se compararmos a mesmo valor arrecadado até meados do ano de 2014 (INFO ROYALTIES, 2017).

Devido à crise do petróleo e o grande escândalo de corrupção ocorrido nos últimos anos na Petrobras, a arrecadação dessas cidades caiu drasticamente. O Gráfico 3 mostra a participação percentual de receitas de royalties da região Norte Fluminense em relação ao estado do Rio de Janeiro e em relação ao Brasil nos meses de Maio e Abril dos anos de 2011 e 2017. É possível observar uma queda média da receita de 13,4% pontos percentuais em relação ao estado do Rio de Janeiro e 6,1% pontos percentuais em relação ao Brasil nos meses de 2011 para 2017. Além disso, Souza (2017, no prelo) identifica a Região Norte Fluminense como uma das principais responsáveis pela interiorização do crescimento do estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 80.

Gráfico 3: Participação percentual de receitas de royalties da região Norte Fluminense
Abril/Maio 2011 – 2017



Fonte: (Ribeiro, 2017)
Economia Norte Fluminense, 2017.
Elaboração do autor.

Outros municípios da região também foram diretamente beneficiados pela reestruturação econômica e também recebem expressivas receitas de Royalties como São João da Barra, Quissamã, Carapebus e São Francisco de Itabapoana, isso por também fazerem parte da Bacia de Campos, ou seja, também possuem petróleo nos seus respectivos limites municipal.

Como impactos indiretos da reestruturação econômica, a região tem recebido grandes investimentos em projetos de infraestrutura e tem atraído empresas dos mais variados ramos. Dentre os empreendimentos de alta relevância para o desenvolvimento regional e nacional estão o Complexo Portuário do Açú em São João da Barra, um dos maiores investimentos em logística do país e da América Latina que conta com um distrito industrial e uma retro área para movimentação de cargas.

Em 2015, ao realizar o estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil, o IBGE identificou duas concentrações urbanas na região Norte Fluminense que possuem forte ligação não só entre elas, mas também com o arranjo populacional do “Rio de Janeiro/RJ”. O IBGE mostrou que a “identificação dos arranjos populacionais emprega a

noção de integração, medida pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana, que assim sintetizam os vários processos envolvidos” (IBGE, 2015, A, p. 20).

Segundo o IBGE (2015, A), os arranjos de “Campos dos Goytacazes/RJ” e “Macaé – Rio das Ostras/RJ” possuem um fluxo de pessoas que se deslocam para trabalhar e estudar superior a 9 mil pessoas, enquanto os arranjos de “Macaé – Rio das Ostras/RJ” e do “Rio de Janeiro/RJ” possuem um fluxo de 12.779 mil pessoas. A relação entre os arranjos da região Norte Fluminense com os demais arranjos e a forte relação entre si revelam a necessidade e os benefícios das instituições e atores políticos pensarem no desenvolvimento da região de forma conjunta.

Em 2010, o Governo do Estado do Rio de Janeiro encomendou a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável das regiões Norte e Noroeste, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG se articulou com a Petrobras, por meio da unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Campos (UM-BC), a qual constituiu o Programa de Desenvolvimento Social de Macaé e Região, PRODESMAR especificamente para aprimorar o planejamento e as ações do desenvolvimento sustentável das regiões mais afetadas pela atividade petrolífera.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável foi desenvolvido em quatro etapas realizadas em 10 meses. A primeira etapa foi uma análise situacional das regiões cobrindo os quinze anos anteriores à formulação do Plano (com exceção a cultura) e as evoluções consideraram os horizontes 2035 e 2040. A segunda etapa foi a produção de um documento chamado da Estratégia de Desenvolvimento Regional com uma série de Macroprogramas de Desenvolvimento com objetivos, metas, programas, empreendimento e sugestões de iniciativas. A partir das definições expostas nessa etapa, foi possível elaborar a terceira etapa que compreendeu uma carteira de projetos iniciais, correspondendo ao Programa de Desenvolvimento Regional. Por fim, a última etapa produziu um documento contendo tudo o que se identificou como necessidade ao desenvolvimento dessas regiões, ou seja, a versão final do Relatório Carteira de Projetos.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável Norte - Noroeste do Estado do Rio de Janeiro é um documento muito valioso que estruturou a partir da observação das demandas e sugestões da sociedade uma carteira de projetos capaz de induzir e acelerar o processo de desenvolvimento dessas regiões a curto, médio e longo prazo.

A criação do Plano de Desenvolvimento Sustentável foi um enorme avanço e trouxe um diferencial competitivo para os interessados na implementação desses projetos, uma vez que os atores possuem acesso a essa carteira de projeto. Nesse sentido o Plano de Desenvolvimento Sustentável cumpriu seu objetivo, mas por si só, é incapaz de dar continuidade ao processo, uma vez que isso depende da ação dos participantes em por em prática os vários projetos. Parece colaborar, nesse sentido, a criação de espaços de discussão e interação entre os influenciadores do processo de desenvolvimento.

5.2. Supera Rio Norte

Antes de iniciar as considerações a respeito do evento Supera Rio Norte, vale lembrar que as análises serão feitas através dos dois questionários com perguntas abertas direcionados para a Subdiretora Geiza Rocha do Fórum, e ao Deputado Wanderson Nogueira que possui a maioria de seus eleitores residentes em Nova Friburgo e na Região Centro Fluminense, ele não compareceu a edição do evento na RNF, mas utilizaremos algumas das suas percepções em relação ao Supera Rio, uma vez que ele foi o seu idealizador. Não tivemos êxito com os questionários aplicados aos Deputados que participaram do evento. Por fim, de forma privilegiada serão utilizadas as apresentações, as notas taquigráficas e a carta redigida (ANEXO 1) do Supera Rio Norte, que após o evento foram disponibilizadas.

Além das reuniões das câmaras setoriais, o Fórum promove eventos no Plenário da ALERJ e em outros locais e municípios do estado do Rio de Janeiro. Todos os eventos têm como objetivo aproximar o Legislativo das pesquisas, demandas e problemas dos mais diversos setores da economia fluminense. No ano de 2015 veio a tona muitos escândalos de corrupção envolvendo políticos que ocupavam importantes cargos no Governo do Estado do Rio. Os desvios de dinheiro e momento de recessão econômica que o Brasil tem enfrentado levou o estado do Rio a uma grave crise financeira. Preocupado com a situação, no início de 2016, o Deputado Wanderson Nogueira propôs um modelo de evento participativo a ser realizado na principal cidade de cada Mesorregião do estado do Rio. O evento Supera Rio foi idealizado com a proposta de reunir as principais instituições interessadas no processo de desenvolvimento das regiões a fim de produzir um documento com proposta de ações e iniciativas para apresentar a ALERJ.

A proposta principal do Supera Rio é fazer com que estudos das mais diversas instituições não fiquem apenas no papel. E para que o Estado direcione o desenvolvimento é necessário que seja feito de forma embasada. Uma das formas de fazer com que o que vem

sendo produzido chegue às discussões no Plenário da ALERJ é criar espaços de discussão não só na capital, mas também no interior.

Para o Deputado idealizador:

A grave crise que afeta o Estado do Rio de Janeiro me motivou a protocolar um pacote de proposições legislativas na ALERJ. Essas medidas econômicas, oito no total, objetivaram a colaboração para retirar o Estado da grave crise econômica. Essa foi a primeira etapa de um conjunto de ações que foram denominadas de Supera Rio (NOGUEIRA, 2017).

O Supera Rio foi realizado em parceria com a Inter TV e já passou pela Região dos Lagos, Noroeste, Serrana e, por fim, a Região Norte Fluminense, a edição que é objeto de estudo deste trabalho. A edição aconteceu no dia 20 de junho de 2016 no auditório principal da UENF e a principal sugestão foi a de impulsionar o crescimento do estado através da institucionalização de espaços para que haja planejamento integrado entre os municípios.

Em relação a sua percepção quanto à importância do evento na RNF, ele declarou:

Sou o idealizador deste movimento na Assembleia Legislativa, em uma ação conjunta com o Fórum, por acreditar exatamente na força do interior. Escolhemos alguns municípios polo em cada região para abordar os temas locais e os temas regionais que por vezes ficam esquecidos no debate macropolítico (NOGUEIRA, 2017).

Para Geiza Rocha (2017), não houve dificuldades para que o evento ocorresse nem para a inserção dos palestrantes convidados no evento, já que todos que foram convidados compareceram. Ela ainda declarou que “nem todas as instituições parceiras possuem representação em todas as regiões do estado. No caso do Supera Rio Norte, UENF, Firjan, SEBRAE, Facerj e Faerj estiveram presentes” (ROCHA, 2017).

Em todos os eventos Supera Rio é produzida uma carta com ações e iniciativas que posteriormente poderão ser levadas as comissões e Plenário da ALERJ. Observe as iniciativas e ações propostas no Supera Rio Norte no Quadro 4.

Quadro 4: Ações e iniciativas propostas na carta redigida ao final do evento Supera Rio Norte

Nº	Ações/iniciativas
1	Impulsionar o crescimento econômico do estado do Rio por meio de um planejamento integrado entre diversos municípios; (Pauta extra definida a parte na Carta)
2	Sejam contemplados setores tradicionais da economia com grande potencial;
3	Atenção e proteção à produção de carnes bovinas, sobretudo pela estrutura industrial existente na região;
4	Criação de programas voltados à redução dos desequilíbrios socioeconômicos regionais a partir dos usos das competências e potenciais regionais;
5	Criação de um plano diretor regional de desenvolvimento, incluindo as inter-relações com outras regiões do estado;
6	Criação de uma entidade consorciada para gerir o planejamento e as ações de impacto regional;
7	Modernização e ampliação da estrutura aeroportuária;
8	Tomada imediata e consistente de posição do Parlamento em relação à crise da Universidade Estadual Norte Fluminense, que coloca em risco sua manutenção;
9	Garantia da continuidade do trabalho do Colégio Estadual Agrícola Antônio Sarlo, responsável pelo ensino técnico agrícola de gerações de produtores locais;
10	Garantia de banda larga para melhoria da comunicação no campo;
11	Criação de linhas de crédito mais amigáveis para a produção agrícola e de seguro agrícola;
12	Articulação junto ao governo federal para garantir a duplicação das rodovias BR-356 e BR-101;
13	Construção da ponte São João da Barra a São Francisco do Itabapoana e asfaltamento da 178 Dores de Macabu - Quissamã;
14	Ligação rodoviária com o Porto do Açu;
15	Apoio para o projeto de barramento do rio Paraíba do Sul a jusante de Campos visando à regularização do nível do rio em época de baixa vazão;
16	Manutenção da maior malha de irrigação da baixada campista, que pode ser feita com o apoio da universidade local, de forma a salvar o conhecimento do setor de recursos hídricos, e permitir a consolidação de equipamentos que sustentem a infraestrutura hidrológica da região;
17	Garantia da estabilidade no fornecimento de energia, e ampliação da carga de energia disponível nas áreas e distritos industriais e empresariais;
18	Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água;
19	Garantir recursos para implantação de programas voltados para a melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;
20	Aplicar na região, pelo menos por um período de vinte anos, todos os recursos que ela tem gerado como compensação ambiental;
21	Solicitar as bancadas estadual e federal para discussão do pacto federativo;
22	Elaborar estratégias dirigidas para fomentar rendimentos crescentes nas atividades agrícolas, pecuária, pesca e turismo;
23	Criação de um centro de pesquisa econômica regional - parceria entre governo, universidades, organizações de apoio dos setores produtivos;
24	Construir instrumentos legais que tenham como foco o combate a informalidade.

Fonte: Carta redigida ao final do Evento Supera Rio Norte, 2016.

Na opinião da Subdiretora Geiza Rocha, apenas a ação/iniciativa 4 e 22 estavam em pauta na ALERJ antes do Supera Rio Norte. Após o evento, ela observa que apenas a ação/iniciativa 2 virou pauta na ALERJ. Além disso, as ações/ iniciativa que vão de 7 a 15 e

17 a 20 foram consideradas pautas de responsabilidade do Poder Executivo Estadual e Federal.

Para Geiza Rocha (2017) o evento Supera Rio Norte atendeu as expectativas na medida em que as instituições convidadas participaram de maneira efetiva na discussão acerca da crise e em prol do desenvolvimento dessa região que se destaca em muito sentidos no estado do Rio de Janeiro.

Partiremos agora a uma breve análise das apresentações das instituições e Poderes Executivos e Legislativos nos níveis Federal e Estadual presentes no evento Supera Rio. Não será feita comparações entre as instituições e os representantes que tiveram direito a fala, pois cada um possui um campo de atuação e uma visão específica de desenvolvimento. O que se está querendo analisar é quem dentro do evento possuiu voz, e portanto, em tese capacidade de influência na agenda da ALERJ, e o que esses atores observam ou entendem por planejamento e o desenvolvimento integrados. Por outro lado, busca-se compreender como os organizadores do evento elaboraram e organizaram a participação dos atores visando, em sua perspectiva, meios para a cooperação e coordenação do desenvolvimento regional.

Considerar-se-á neste trabalho uma complementaridade das Teorias do Desenvolvimento Regional. Na medida em que são analisadas as apresentações das instituições presentes no evento de discussão sobre o desenvolvimento da região Norte Fluminense e forma pela qual elas apontam o caminho mais rápido a ascensão não só econômica, mas também social desta região. A forma como se portam as instituições vai influenciar diretamente no desenvolvimento de toda a região e o fato de estarem abertos a discussões vai acelerar esse processo de desenvolvimento.

Todas as informações apresentadas na subseção abaixo podem ser encontradas no documento disponibilizado pelo Fórum no seu Scribd com o nome “Notas Taquigráficas – Supera Rio Região Norte - 20.06.16”. Como muitos políticos e instituições tiveram direito a palavra, só iremos referenciar quando ocorrer casos de citação direta. Os demais parágrafos serão apontamentos realizados através da transcrição do evento. A intenção é dinamizar a leitura para uma melhor compreensão do que foi proposto no Supera Rio Norte.

5.2.1. Mesa de abertura

A primeira parte do evento contou com a participação do Magnífico Reitor da UENF e alguns representantes políticos do Legislativo Estadual e Municipal e do Executivo Municipal. No primeiro momento, foi dada a fala para que cada representante expusesse as

demandas de sua representação para a região. O objetivo do evento foi explicitado logo no início pelo Deputado Estadual Geraldo Pudim (PMDB). Segundo ele o evento é realizado:

[...] com o propósito de alinhar ações em busca de uma agenda de desenvolvimento econômico-social e ambiental do estado. Nesse encontro o objetivo é apresentar uma agenda regional aos parlamentares calcada nos potenciais dos municípios que compõem a região [...]. (BRASIL, RIO DE JANEIRO, NOTAS TAQUIGRÁFICAS, 2016, p.1)

A fala do Magnífico Reitor Luís Passoni não se ateve sobre a crise no estado do Rio e da universidade, mas falou de uma crise do capitalismo. Ao longo de sua fala ele atenta o público presente e os representantes das instituições para os benefícios dos incentivos fiscais utilizadas em regiões com um Índice de desenvolvimento Humano ou PIB *per capita* muito discrepantes. Além disso, chamou a atenção para a possibilidade dessa política contribuir para o fomento da indústria nacional de base tecnológica, permitindo que o país saia da dependência da exportação de produtos primários e parta para a exportação de produtos com maior valor agregado.

Em seguida, o até então Prefeito de São João da Barra, Sr. José Amaro Martins de Souza, fez um apelo em prol da união dos Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Governadores para que se unissem para conseguir superar o momento de crise vivenciado. Mostrou através de suas palavras a dificuldade financeira que seu município estava a enfrentar principalmente pela queda da arrecadação de royalties e participações especiais. O Prefeito também fez um apelo ao Presidente da Câmara de Vereadores de São João da Barra para que o ajudasse a recuperar o equilíbrio financeiro do município.

Posteriormente, o Presidente da Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, Edson Batista, fez um apelo na mesma linha do Prefeito Neco, no sentido de propor uma discussão regional mais integrada. Segundo ele, a criação do Parlamento Regional foi apenas o primeiro passo e que ainda é necessário acumular capital político para que haja uma maior interação entre os Prefeitos, Presidentes de Câmaras e os Deputados da Região. O discurso do Sr. Edson Batista trouxe uma importante contribuição vinda das reuniões do Parlamento Regional do Norte Fluminense, que aconteciam num modelo planejamento diferente, mas também integrado. Entre as suas contribuições, cinco se tornaram ações/iniciativa propostas (ação/iniciativa 7, 12, 13, 17 e 18, do Quadro 4).

A fala do Presidente da Câmara de Vereadores de São João da Barra girou em torno do desafogamento do trânsito da BR-356 através da duplicação e da construção de uma pista que ligaria o Porto do Açú a BR-101. Após estas considerações, ele dirigiu seu discurso para fazer um apelo para a instalação de uma Companhia Independente de Segurança,

compromisso que já havia sido firmado pelo até então Governador do Estado Rio, Sérgio Cabral. A justificativa da instalação dessa companhia esta exatamente na previsão de um crescimento populacional da cidade quando as atividades do Porto se intensificarem.

Para finalizar esse primeiro momento, os dois Deputados representantes da região presentes realizaram suas considerações acerca das demandas da região. Primeiro, o Deputado Bruno Dauaire falou da importância da criação da Comissão Especial de Desenvolvimento do Norte Noroeste como espaço para identificar possíveis ações conjuntas e citou como exemplo a proposta de um Plano Diretor Integrado. Para o Deputado, é necessário rever o Pacto Federativo e dar mais independência financeira aos municípios, visto que para ele a parcela dos impostos destinada aos municípios é muito pequena. Falou também da importância da participação da sociedade civil organizada, os conselhos universitários e as três esferas de Poder.

O deputado tocou num ponto que tem sido muito discutido na UENF, principalmente no Centro de Ciências do Homem e no Centro de Ciências e Tecnologia. A criação de uma Região Metropolitana para a RNF. Este trabalho mostrou anteriormente que o IBGE (2015, A) identificou Arranjos Populacionais nas duas cidades médias mais importantes dessa região, Campos e Macaé. O Deputado deu o exemplo dos moradores de São João da Barra que trabalham em Campos e chegam a pagar em torno de 10 reais por cada viagem, enquanto temos dentro do município de Campos pessoas viajando por distância muito maiores por 1 real¹¹. Por fim, falou que crescimento e desenvolvimento andam juntos e que a prioridade de seu mandato é lutar para que a região siga crescendo e se desenvolvendo.

Dessa forma, se desfez a mesa para uma nova composição com palestrantes convidados. As instituições e palestrantes serão analisados na próxima subseção.

5.2.2. Mesa com instituições convidadas

Foram convidados a compor a mesa para realizar breves palestras as seguintes instituições: UENF, IFF, Porto do Açu, FIRJAN, BVRio e Sindicato Rural de Campos. O Representando da Pacerj e Associação Comercial de Campos, Sr, Mário Ribeiro foi chamado a compor, mas não compareceu. O motivo não foi falado no evento. Cada convidado possuiu um tempo de fala de dez minutos.

¹¹ Política Pública de Transportes da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

5.2.2.1. Federação de indústrias do Rio de Janeiro

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) é a representante de todas as indústrias do estado do Rio, apresenta como missão a garantia do crescimento sustentável da indústria. O Sistema FIRJAN conta com 103 sindicatos e cerca de 7.103 colaboradores e 283 estagiários. Com suas cinco organizações (SESI, SENAI, IEL, FIRJAN e CIRJ), o Sistema FIRJAN atua em áreas fundamentais, como a competitividade empresarial, a educação e a qualidade de vida do trabalhador e de seus familiares. Sua missão se resume em promover a competitividade empresarial, a educação e a qualidade de vida do trabalhador e da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2017).

O representante da FIRJAN foi o Presidente Regional do Norte Fluminense Fernando José de Coutinho Aguiar. Sua fala girou em torno de propostas que a FIRJAN tem elaborado para o desenvolvimento da RNF, a partir de estudos próprios. Inicialmente ele chamou a atenção para o Mapa de Desenvolvimento do Rio, que estavam a elaborar, e para o Índice Firjan de Gestão Fiscal, uma ferramenta que permite a sociedade a ter acesso a informações financeiras de forma compilada dos municípios brasileiros.

Posteriormente, ele faz considerações sobre setores que podem contribuir para a retomada do crescimento do Estado. Destaca o investimento na melhoria do sistema logístico não só como necessidade, mas como oportunidade. Sempre mostrando alguns exemplos como o Porto do Açú, duplicação da BR-101, a criação da estrada de ferro 118, que liga o Rio de Janeiro a Vitória, e a construção da EF-354, que ligará o município de São João da Barra ao Centro-Oeste brasileiro.

Destacou que o Estado precisa olhar para o interior e valorizar os APL's, principalmente a produção rural. Além disso, disse ser inadmissível que se tenham municípios muito desenvolvidos e outros, até mesmo vizinhos, deixados de lado. Para isso, sugeriu uma ordenação dos territórios regionais sempre dando atenção à preservação ambiental.

Ele identificou seis eixos como fundamentais para o desenvolvimento da região:

1. Criação e preservação de Zonas industriais e empresariais;
2. Adequação da logística e mobilidade urbana;
3. Disponibilidade de energia;
4. Ordenamento habitacional;
5. Saneamento ambiental; e
6. Educação em qualificação de mão-de-obra.

A FIRJAN também sugeriu que fosse criado um Plano Diretor Regional, mas que fosse conduzido por secretários e não por Prefeitos e/ou Vereadores. Para ele, os secretários é quem devem pensar o desenvolvimento de forma integrada.

Posteriormente, o Presidente Regional fez desdobramentos de cada um desses eixos. Podemos classificar sua apresentação como uma abordagem instrumental, na medida em que trouxe ao debate propostas de ação para cada eixo considerado por seus estudos como essenciais ao desenvolvimento. Para ele é preciso novos olhares para identificar novos potenciais e torná-los fonte de desenvolvimento econômico em harmonia com o perfil e as tradições produtivas locais (BRASIL, RIO DE JANEIRO, NOTAS TAQUIGRÁFICAS, 2016, p.17).

5.2.2.2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

O Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) atua através da oferta de formação, com a formação inicial e continuada; os Cursos Técnicos, em sua maioria na forma integrada com o Ensino Médio; as Licenciaturas; os Cursos Superiores de Tecnologia e os Bacharelados, estendendo-se a oferta de formação até a Pós-graduação lato e stricto sensu. Estando presente em 11 municípios, com uma malha espacial que alcança 12 campi, um Polo de Inovação, um Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação e a Reitoria, reunindo 14.238 estudantes, 938 professores e 742 técnico-administrativos (IFF, 2016).

O representante do IFF foi o Prof. Linovaldo Miranda Lemos. A fala do professor girou em torno de uma proposta para a Administração Pública, no sentido de superação de uma crise persistente além dos assuntos relacionados à crise petrolífera. Ele destacou que há uma sensação de que os royalties muitas vezes são tomados como um elemento desaglutinador, ou seja, ao invés de trabalhar as potencialidades da região, ela acaba por desagregar mais ainda a região.

De início, trouxe ao debate alguns elementos para caracterizar a crise petrolífera e também para tratar alguns conceitos de região. Firmando sempre seu discurso na questão local, trouxe como sugestão uma gestão pública mais eficiente, que utiliza bem os recursos e evita os desperdícios, e eficaz, para que de fato resolva os problemas e desigualdades presentes nos municípios. Criticou a seletividade dos recursos e uma não atenção aos bairros mais periféricos.

Sua principal sugestão foi a implantação de um modelo de orçamento participativo em todos os municípios da região para, sobretudo, aumentar a participação dos cidadãos não só na definição do gasto público, mas também nos assuntos regionais. Sua fala possuiu uma abordagem voltada para o aumento da participação da sociedade. “que a superação da crise do Estado do Rio de Janeiro e dos municípios necessariamente tem que passar pela abertura de variadas instâncias de engajamento e de participação. Os cidadãos fluminenses precisam ser chamados ao debate, não só nos momentos de crise, mas também, e fundamentalmente, nos momentos de abundância” (BRASIL, RIO DE JANEIRO, NOTAS TAQUIGRÁFICAS, 2016, p.24).

5.2.2.3. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte, aqueles com faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões. Seu foco é o fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios. O SEBRAE busca atender desde o empreendedor que pretende abrir seu primeiro negócio até pequenas empresas que já estão consolidadas e buscam um novo posicionamento no mercado (SEBRAE, 2017).

O representante do SEBRAE no evento foi o Coordenador da Região Norte, Dr. Gilberto Soares Reis. Ele iniciou dizendo que, por ter sido convidado “em cima da hora” não trouxe um debate mais robusto as questões de desenvolvimento. Portanto, se ateu ao que o SEBRAE estava fazendo para mitigar os impactos da crise na economia Norte Fluminense.

Para ele, é necessário trabalhar em cima da educação, inovação, empreendedorismo e políticas públicas. Sua fala buscou mostrar a importância de que os governos devem dar as micro e pequenas empresas, pois, em suas palavras, elas são responsáveis por dinamizar a economia regional. Falou também da necessidade de se colocar em práticas as discussões e propostas ali apresentadas e o que o SEBRAE já estava trabalhando em cima dessa questão.

Falou também sobre Inovação e a necessidade de agregar valor aos serviços e produtos da RNF. Disse que o SEBRAE tem trabalhado incessantemente para que o Projeto do Parque Tecnológico seja implantado na região. Para ele, a inovação e a educação têm um papel fundamental na agregação de valor dos produtos e serviços da região.

Falou também do olhar que o SEBRAE tem as grandes empresas e a forma que tem trabalhado para aproximá-las das micro e pequenas empresas. Destacou a parceria que firmou com o Porto do Açúcar na criação de um Comitê de Suprimentos, onde mensalmente o SEBRAE se reúne com as empresas já em funcionamento no parque industrial do Porto.

A abordagem utilizada pelo Dr. Gilberto Reis foi demonstrativa e trouxe algumas sugestões para desencadear o processo de desenvolvimento na região. “O SEBRAE tem trabalhado nessa linha de apoiar a pequena empresa. Para que isso realmente saia do papel, é necessária [...] a união. Precisamos juntar entidades, poder público, sociedade civil organizada para que juntos a gente venha a discutir propostas para que realmente a região norte se desenvolva de fato” (BRASIL, RIO DE JANEIRO, NOTAS TAQUIGRÁFICAS, 2016, p.27-28).

5.2.2.4. Sindicato Rural de Campos

Os Sindicatos Rurais tem como objetivo defender os interesses da classe rural nos municípios em que estão presentes. São organizações políticas e sociais de direito privado. O sindicato trata, principalmente, da organização do produtor, prestando assistência a sua atividade. No Estado do Rio de Janeiro estão presentes 50 Sindicatos Rurais, distribuídos entre os principais municípios com ligados à agricultura (FAERJ, 2017).

O representante do SRC foi o Presidente Ronaldo Bartolomeu dos Santos Júnior, que além de representar o SRC, foi como delegado da FAERJ. Após parabenizar algumas ações de valorização da produção agrícola por parte da Rede Globo, o palestrante se dedicou falar sobre observações e ações que compõem o planejamento estratégico da FAERJ e do SRC, divididas em três eixos:

1. Tecnologia Agropecuária;
2. Assistência Técnica e extensão rural;
3. Propostas e ações para o crédito rural.

O palestrante fez um apelo a ALERJ em prol da situação financeira da UENF e da Colégio Estadual Agrícola Antônio Sarlo, ação/iniciativa inserida na carta redigida ao final do evento. As duas instituições vêm passando por uma grave crise devido à falta de repasses do governo estadual.

O Sr. Ronaldo Bartolomeu chamou a atenção das autoridades para um olhar com maior destaque ao setor agrícola da cidade de Campos, que sempre moveu a economia da região e que após a chegada do setor petrolífero ficou “deixada de lado”.

Após uma declaração dos eixos e apresentação de meios para a retomada do crescimento e do desenvolvimento rural na região, o palestrante pediu uma maior aproximação das autoridades políticas da região aos Sindicatos Rurais e FAERJ, visando contribuir para o desenvolvimento desse importante setor da economia local, estadual e nacional.

Por fim, declarou que o detalhamento das propostas apresentadas está elencadas nos projetos do SRC. A abordagem utilizada pelo representante do SCR também foi instrumental, na medida em que apresentou eixos e ações necessárias para a retomada do crescimento da RNF e do desenvolvimento das atividades agrícolas regionais. “que este Fórum resulte em medidas efetivas para a recuperação da econômica e do desenvolvimento do nosso Estado do Rio de Janeiro” (BRASIL, RIO DE JANEIRO, NOTAS TAQUIGRÁFICAS, 2016, p. 32)

5.2.2.5. Instituto Bolsa Verde Rio

O Instituto BVRio é uma organização com a missão de promover o uso de mecanismos de mercado para facilitar o cumprimento de leis ambientais e apoiar a economia verde no Brasil. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos que colocam como sua missão institucional promover e viabilizar o uso de mecanismos de mercado como meio de implementação de políticas públicas ambientais, o desenvolvimento sustentável e a economia verde. As atividades do IBVRio visam criar as condições necessárias e pavimentar o terreno para que mercados de ativos ambientais se concretizem no Brasil (e gradualmente em outros países) (BVRIO, 2017).

A representante da BVRio foi a Sr.^a Roberta Del Giudice. Após uma breve apresentação do instituto, a palestrante utilizou uma estratégia dedutiva para apresentar sua contribuição, porém permaneceu se concentrando em explicar as atividades e o mercado da BVRio. Dessa forma, sua fala foi direcionada a exemplificações de casos e áreas de atuação do instituto. A sua fala centrou na necessidade de um olhar mais atento ao meio ambiente, na regularidade das transações de ativos ambientais e no crescimento desse mercado. Porém, pode-se pensar que a atuação da BVRio se pauta por ações de mercado, através de trocas voluntárias, sem levar em conta que a questão da preservação do meio ambiente, deve ser vista como coordenação de ações complexas e de longo prazo, muitas vezes necessitado da atuação do Estado exatamente onde esse tipo de ação do mercado falha.

5.2.2.6. Universidade Estadual do Norte Fluminense

A UENF é uma instituição voltada ao ensino, pesquisa e extensão. Idealizada por Darcy Ribeiro, é hoje uma das universidades mais importantes do Brasil e uma das melhores

do Rio. Estruturada em quatro Centros, que por sua vez são formados por Laboratórios. Os quatro Centros são: Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), Centro de Ciências do Homem (CCH), Centro de Ciência e Tecnologia (CCT). São oferecidos dezesseis cursos de graduação presenciais, sendo o ingresso pelo Enem/Sisu e dois cursos à distância/semipresenciais, o ingresso ocorre através do Vestibular Cederj. A UENF atualmente possui 14 Programas de Pós-Graduação, em diversas áreas (UENF, 2017).

O Palestrante da UENF foi o Professor Alcimar Chagas Ribeiro do CCT. Sua fala concentrou se em críticas sobre o modelo de desenvolvimento utilizado atualmente, destacando a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre a atenção aos grandes investimentos que chegam e ao que pode ser produzido de dentro também. Ele focou na teoria de desenvolvimento endógeno apresentada neste trabalho anteriormente. Para ele o desenvolvimento deve ser pensado de dentro para fora e não de fora para dentro.

Segundo o professor, o crescimento econômico, fruto de grandes projetos, não interioriza bem-estar para a população. Além, disso chamou a atenção para a falta de compromisso dos prefeitos e vereadores presentes, que já haviam ido embora, e também a pouca participação dos representantes políticos dos municípios da região.

É preciso identificar isso, e conduzir uma metodologia de gestão participativa para induzir a formação de capital social, ou seja, é necessário que o proprietário, o dono da propriedade de 3 hectares, que tira leite, é necessário que ele entenda que ele não pode trabalhar sozinho, que ele precisa trabalhar em parceria. Ele precisa da universidade, do esclarecimento, ele precisa do governo. [...] para produzir, é preciso integrar. Integrar e usar o conhecimento. E aí sim, você tem o fomento à criação de aglomerações, que esse é outro modelo de organização produtiva. [...] Aqui, nós precisamos de aglomerações produtivas de forma que você aumente em escalas as suas competências. Enfim, e um planejamento qualitativo de maneira que você avance. (BRASIL, RIO DE JANEIRO, NOTAS TAQUIGRÁFICAS, 2016, p. 47)

O Professor além de ter utilizado uma abordagem crítica do atual modelo de desenvolvimento, sugeriu algumas ações que considera fundamentais:

1. Recriar a Agência de Desenvolvimento Regional com uma coordenação estritamente técnica;
2. Criar parcerias horizontalizadas (Integração e cooperação);
3. Ordenar áreas produtivas segundo as características produtivas;
4. Comprometimento a integração do planejamento acima da institucionalização de espaços de integração;
5. Criação de um centro de pesquisa, com apoio, parceria, governos, universidades, organização de apoio como a Firjan, o SEBRAE.

5.2.2.7. Porto do Açu

Cobrindo uma área de 90 km² e localizado estrategicamente no norte do estado do Rio de Janeiro, o Porto do Açu está a aproximadamente 150 km da Bacia de Campos. Atualmente em operação, o Porto possui 17 km de cais e até 23m de profundidade, com capacidade para receber navios de grande porte, capazes de transportar até 320 mil toneladas de carga. O Porto do Açu conta com um Distrito Industrial e uma retroárea para armazenamento e movimentação de carga (PRUMO, 2017).

O representante enviado do Porto foi o Senhor Caio Cunha, Coordenador de Relações Institucionais e Responsabilidade Social Corporativa. Sua fala foi direcionada aos diferenciais competitivos do Porto e suas inovações, bem como mostrar sua instalação em São João da Barra se mostra como um vetor do desenvolvimento de toda a região.

O palestrante mostrou a subdivisão do porto, *onshore* e *offshore* e algumas das atividades das empresas que já se encontram instaladas no empreendimento e funcionando a todo vapor. Mostrou também o diferencial competitivo da localização do porto como o mais próximo da Bacia de Campos, que permanece como principal produtora de petróleo do Brasil. O Porto foi concebido a atender grandes problemas que hoje são enfrentados pela infraestrutura portuária no Brasil. A retroárea portuária, criada em parceria com o Governo do Estado, permite que o porto tenha possibilidade de crescimento, desenvolvimento estruturado e acomodação estruturada para instalação de novos negócios.

Esse grande empreendimento logístico traz a possibilidade de um grande crescimento econômico para toda a RNF. E a forma que trabalha buscando se integrar com novas empresas e com o Governo em seus três níveis faz com que o maior porto construído pela iniciativa privadas e destaque perante os demais portos do Brasil.

Após apresentar diversos projetos sustentáveis e de caráter social realizados pelo porto, o palestrante finaliza dizendo:

Concordo plenamente com o Prof. Alcimar. Acho que esse tipo de iniciativa deve ser fomentado. A Prumo está de braços abertos, o Porto do Açu está de braços abertos para participar deles. Estamos sim interessados no desenvolvimento econômico integrado com a região. O Porto do Açu só tem possibilidade de se desenvolver e de ser eficiente se a comunidade onde ele estiver inserido for tão eficiente quanto. Aí, a gente não fala só de fornecedores, Gilberto. A gente está falando de fornecedores de desenvolvimento urbano, de educação, de capacitação, de saúde, de segurança. Uma das primeiras coisas que os investidores quando chegam aqui perguntam: onde o meu filho vai estudar? Tem hospital? Tem supermercado? São assuntos que têm que ser trabalhado de forma conjunta,

assim como, claro, estradas, ferrovias. (BRASIL, RIO DE JANEIRO, NOTAS TAQUIGRÁFICAS, 2016, p. 56)

A abordagem utilizada pelo Senhor Caio Cunha foi demonstrativa, na medida em que mostrou os diferenciais competitivos e o trabalho já realizado pelo porto. Além disso, ele deixou algumas perspectivas de como o Porto ainda irá influenciar o desenvolvimento da RNF.

Para finalizar o evento, o Deputado Estadual Geraldo Pudim, que conduziu toda a reunião leu a Carta redigida durante o evento com as principais propostas, ações e iniciativa para que se promova o desenvolvimento da Região Norte Fluminense. Logo após, fez alguns apontamentos acerca da situação financeira do Estado do Rio e de sua Dívida Pública. Após pedir uma maior interação de todos com a ALERJ e o Fórum, encerrou o evento agradecendo o comparecimento do público e palestrantes. Em relação a novas edições do evento, Geiza Rocha (2017) escreveu que “O Supera Rio foi um evento diferenciado, realizado sob demanda, em um momento em que se buscava discutir soluções para a crise no estado do Rio. No entanto, há a vontade de repeti-lo em outras ocasiões, mas isso não foi programado ainda” (ROCHA, 2017).

6. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como finalidade analisar a edição do Supera Rio Norte na Região Norte Fluminense como um espaço de debate, discussão e formação de agenda do processo de desenvolvimento da RNF junto a ALERJ.

Primeiramente foi realizado um breve demonstrativo dos principais acontecimentos do desenvolvimento regional no século XX no Brasil e no mundo, que surgiram logo após a crise econômica de 1929, principalmente nos Estados Unidos, que colocou em cena a necessidade do Estado, como ator privilegiado e estratégico, de direcionar e de regular o desenvolvimento, visto que o mercado em seu caráter seletivo aumentava ainda mais as diferenças sociais e econômicas das regiões. Em seguida foi realizado um estudo teórico mostrando as principais Teorias de Desenvolvimento Regional e a forma como elas foram evoluindo.

Em seguida são apresentadas 12 fatos do desenvolvimento regional do Século XXI feitos por um estudo do IPEA. Desses, dois nos chamam a atenção e são utilizados neste trabalho para a discussão do desenvolvimento regional na região Norte Fluminense. O ‘Crescimento vigoroso das cidades médias’ e as ‘Políticas Nacionais agindo como política regional’. Dessa forma, mostramos como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional coordena as políticas subnacionais afins e a forma como a descentralização político-administrativa incentivou a existência de um federalismo cooperativo, impactando positivamente na busca pela diminuição das desigualdades regionais presentes em todo o Brasil.

Em relação aos consórcios públicos, utilizamos o banco de dados do OCPF para descobrir quantos consórcios existiam no estado do rio, quantos deles estão na RNF e qual a área de atuação de cada um deles. Existem trinta consórcios no Estado do Rio de Janeiro, desses, dez possuem ao menos um município da região Norte Fluminense consorciado. Os consórcios presente na RNF são firmados com municípios não só da região, mas também de outras Mesorregiões como as regiões Noroeste e Centro Fluminense e, no caso do CIR NOROESTE 1, o Estado do Rio de Janeiro também esta consorciado, ou seja, os demais são consórcios intermunicipais. Além de municípios de outras Mesorregiões, também encontramos municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Desses dez consórcios, quatro deles são da área de meio ambiente, quatro da área resíduos sólidos, apenas um da saúde e um de desenvolvimento. Desses, apenas três são consórcios intermunicipais somente com municípios pertencentes à região Norte Fluminense. “[...] Os consórcios

públicos se apresentam como instrumento possível de ser utilizado frente a limites e dificuldades apresentadas para a gestão de diversas políticas públicas” (SIQUEIRA, 2015, p. 91).

Posteriormente, é apresentado como as teorias, podem em certa medida se complementam e juntas nos dão a possibilidade de melhor observar a questão do desenvolvimento regional. A justificativa da intervenção estatal, a participação da sociedade, instituições de ensino e instituições privadas são apresentadas como contribuintes ao direcionamento do processo de desenvolvimento. Logo após, se inicia a discussão do Fórum de Desenvolvimento do Rio, onde são apresentadas a estrutura do Fórum e o que é discutido em cada uma de suas câmaras setoriais. As discussões e propostas são levadas ao Plenário da ALERJ e a suas comissões por meio de um forte trabalho de comunicação realizado pela Subdiretoria do Fórum.

Também é realizada uma breve caracterização da RNF, mostrando suas potencialidades e, através do exemplo de Campos dos Goytacazes, município que mais recebia royalties e participações especiais, a forma como a região sofreu impactos da crise petrolífera. Além disso, conclui-se que o Plano de Desenvolvimento Sustentável Norte - Noroeste do Estado do Rio de Janeiro é um documento muito valioso que estruturou a partir da observação das demandas e sugestões da sociedade uma carteira de projetos capaz de induzir e acelerar o processo de desenvolvimento dessas regiões a curto, médio e longo prazo. Além de trazer um diferencial competitivo para as instituições interessadas no processo de desenvolvimento da RNF.

O estímulo da ALERJ na criação e nos incentivos a consolidação de meios para promover a participação dos vários segmentos da sociedade, as instituições e atores políticos ajuda a criar uma base mais sólida para o enfrentamento dos problemas existentes, bem como diminuir as disparidades socioculturais e promover o desenvolvimento do Estado do Rio

Em relação ao evento Supera Rio Norte foi possível concluir que a iniciativa do Fórum buscou contribuir para que houvesse uma integração entre as instituições da RNF, incentivando a criação de espaços permanente de discussão do desenvolvimento para que ele não ocorra de maneira desordenada, atendendo demandas avulsas de atores. Todavia, um ano após o evento, não se observou outras iniciativas que desse prosseguimento ao processo integrado de construção da agenda de desenvolvimento

Em relação às apresentações, como já dito antes, elas não foram alvo de comparações, portanto, foram apontadas algumas características e temas mais relevantes de cada uma delas para o desenvolvimento da RNF.

Podemos classificar a apresentação da FIRJAN como uma abordagem instrumental, na medida em que trouxe ao debate propostas de ação para cada eixo considerado por seus estudos como essenciais ao desenvolvimento. O IFFluminense se apresentou com uma abordagem voltada para o aumento da participação da sociedade, indicando o Orçamento Participativo como principal instrumento para mobilizar a população e aproximá-las do Estado. O SEBRAE utilizou uma abordagem demonstrativa e trouxe algumas sugestões para desencadear o processo de desenvolvimento na região. A abordagem utilizada pelo representante do SCR também foi instrumental, na medida em que apresentou eixos e ações necessárias para a retomada do crescimento da RNF e do desenvolvimento das atividades agrícolas regionais. A fala da representante do IBVRio foi direcionada a exemplificações de casos e áreas de atuação do instituto e contribuiu ao gerar nos participantes a necessidade de um olhar mais atento ao meio ambiente, na regularidade das transações de ativos ambientais e no crescimento desse mercado, entretanto é preciso um cuidado ao perceber que as soluções apontadas por esta instituição se pautam por ações exclusivas do mercado, não levando em conta as falhas do mesmo em relação à necessidade de ações conjuntas para a garantia de bens públicos. O representante da UENF além de ter utilizado uma abordagem crítica do atual modelo de desenvolvimento, sugeriu algumas ações que considera fundamentais para o desenvolvimento da RNF, como a valorização e investimento em seu Capital Social. Por fim, o Porto do Açu utiliza uma abordagem demonstrativa, na medida em que mostrou os diferenciais competitivos e o trabalho já realizado pelo porto. Além disso, ele deixou algumas perspectivas de como o Porto ainda irá influenciar o desenvolvimento da RNF.

O que foi possível observar, é que as forças produtivas (FIRJAN, SRC, Porto do Açu) apresentaram concepções muito claras e instrumentais do que entendiam ser necessário para o desenvolvimento regional, enquanto a academia levou questões críticas e valorativas necessárias ao debate, porém o evento se deu sem a participação de atores sociais do setor popular e trabalhista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. **Descentralização e coordenação federativa no Brasil: lições dos anos FHC**. In: ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita (Org.). O Estado numa era de reformas: os anos FHC. (parte. 2, p.143-216). Brasília: MP, SEGES, 2002. 316 p.

AMORIN, Maria Raquel Machado de Aquir Jardim de. **Consórcios Públicos: O Poder de diálogo das prefeituras junto aos governos estadual e federal**. Assessoria Técnica da Gerência Executiva de Projetos Estratégicos da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN. Governo de Goiás. N.d. Disponível em: <https://goo.gl/F5k6zx>. Acesso em 17 de Junho de 2017.

ARAUJO, Tânia Bacelar. **Por uma política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste. Banco do Nordeste. Vol. 30. Nº2. Abr-Jun de 1999.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão. IPEA. Brasília, 1999.

BRASIL. ALERJ. Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro. **Carta redigida ao final do evento Supera Rio Norte**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ehS5zj>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2016.

BRASIL. ALERJ. Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro. **Como ampliar sua participação no Fórum de Desenvolvimento do Rio**. Cartilha. Rio de Janeiro.N.d.Disponível em: <http://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2016.

BRASIL. ALERJ. **Portal do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro.Disponível em: <http://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2016.

BRASIL. ALERJ. Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro. **Transcrição literal das notas taquigráficas do evento Supera Rio Norte**. Cartilha. Rio de Janeiro.N.d.Disponível em: <http://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 6.017, de 17 de Janeiro de 2007**.Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Publicado no Diário Oficial da União em 18 de Janeiro de 2007 - A. Disponível em: <https://goo.gl/ouoqus>. Acesso em 17 de junho de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União em 22 de Fevereiro de 2007 - B. Disponível em: <https://goo.gl/hR3tvd>. Acesso em 17 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.107, de 6 de Abril de 2005**. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 7 de Abril de 2005. Disponível em: <https://goo.gl/Vzbnkw>. Acesso em 17 de junho de 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. OBR. **Portal do Observatório do Desenvolvimento Regional**. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/pZqSVr>. Acesso em: 26 de Junho de 2017.

BRASIL. Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Planejamento de Gestão/Petrobras. **Carteira de Projetos**. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Setembro, 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Sistema S**. Senado Notícias. N.d. Disponível em: <https://goo.gl/eqHHXq>. Acesso em: 26 de Junho de 2017.

BVRIO. **Sobre o IBVRio**. Instituto Bolsa Verde. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/vd5MqA>. Acesso em: 27 de Junho 2017.

CARLEIAL, Liana. CRUZ, Bruno. **Estratégia de desenvolvimento regional, política pública negociada e novas institucionalidades**. Dirur/IPEA. Nº 03. Dez de 2009.

COSTA, Kaio Vital. **Gunnar Myrdal e o princípio da causalção circular cumulativa: uma análise a partir dos trabalhos de Allyn Young, Nicholas Kaldor e Thorstein Veblen**. X Congresso da Associação brasileira de pesquisadores em História Econômica, At UFJF. Setembro, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/VJY76t>. Acesso em 7 de Junho de 2017.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Estante de Economia Política. Nova economia. Vol.19. Nº2. Belo Horizonte. Mai/Set. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/rNY72F>. Acesso em: 17 de Junho de 2017.

FAERJ. **Sistema Sindical Rural**. Sistema Faerj. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/GhftK5>. Acesso em: 27 de Junho 2017.

FIRJAN. **Em um único lugar, soluções para a indústria crescer**. Sistema FIRJAN. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/XjNruk>. Acesso em: 27 de Junho 2017.

GALDO, Rafael (O GLOBO). Norte Fluminense: fronteiras de uma região que vive entre a pobreza e a prosperidade. **Mapa da Região Norte Fluminense**. O Globo. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/RXMGM9>. Acesso em 28 de Junho de 2017.

HARDIN, Garrett. **The Tragedy of the Commons**. Science, vol. 162. 1968.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2015 - A. Disponível em: <https://goo.gl/SFAo9o>. Acesso em 02 de Fevereiro de 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 - Características Gerais da População**. Disponível em: <https://goo.gl/4JeKSp>. Acesso em: 16 de Junho de 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** - Disponível em: <https://goo.gl/vN14jS>. Acesso em: 16 de Junho de 2017.

IBGE. **Estimativa Populacional 2016**. IBGE Cidades. Disponível em: <https://goo.gl/zqVWsP>. Acesso em: 16 de Junho de 2017.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros 2015**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. 2015 - B. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95942.pdf>. Acesso em: 22 de Junho de 2017.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://goo.gl/fyQESz>. Acesso em: 30 de Junho de 2017.

IFF. **Apresentação/Presentation: Saiba mais sobre a atuação do IFFluminense / find about the IFFluminense**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ztMccC>. Acesso em: 27 de Junho 2017.

INFO ROYALTIES. **Base de dados para facilitar o acesso às informações sobre a distribuição dos royalties petrolíferos entre os municípios brasileiros**. Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/9fXbh4>. Acesso em: 30 de Junho de 2017.

INFO ROYALTIES. **Base de dados para facilitar o acesso às informações sobre a distribuição dos royalties petrolíferos entre os municípios brasileiros**. Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/9fXbh4>. Acesso em: 27 de Julho de 2017.

IPEA. **Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil**. 2054 - Texto para discussão. Brasília, 2015.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias Clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de políticas econômicas: o caso do Brasil**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XII. Nº21. Jul. Bahia, 2010.

MILL, John Stuart. **Da liberdade**. São Paulo: Ibrasa, 1942.

NOGUEIRA, Wanderson. **Questionário aplicado por e-mail e enviado a Danilo Barreto de Souza**. Rio de Janeiro, 28 de Junho. 2017. [O questionário encontra-se no Anexo 5 desta monografia]

OBAPL's. **O que são Apl's? Observatório Brasileiro de APL's**. Disponível em: <https://goo.gl/5y5v8c>. Acesso em: 17 de Junho de 2017.

OLIVEIRA, Márcio Junior. **Marco regulatório das políticas de desenvolvimento regional no Brasil: fundos de desenvolvimento e fundos constitucionais de financiamento**. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal. Texto para Discussão nº 101. Brasília – DF. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/QxsfzC>. Acesso em 25 de Maio de 2017.

OLIVEIRA, Thiago D, ATTÍLIO, Luccas A. **Causação Cumulativa em Myrdal e seus Desdobramentos Enquanto Alternativas ao Conceito de Equilíbrio**. Revista de Economia, v. 40, n. 3 (ano 38), p. 28-46, set/dez. 2014. Editora UFPR.

PRUMO. **Porto do Açu: Soluções em infraestrutura e energia para o Brasil**. Prumo Logística Global. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/kSD6Cb>. Acesso em: 26 de Junho 2017.

RESENDE, Guilherme Mendes et al. **Uma proposta de avaliação continuada dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. In: RESENDE, Guilherme Mendes (Ed.). Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Vol. 3. IPEA, Brasília, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/eLzsQN>. Acesso em: 26 de Junho de 2017.

RESENDE, Guilherme Mendes. NETO, Aristides Monteiro. **Avaliação continuada dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Boletim regional, urbano e ambiental. IPEA. Jan.-Jun. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/q1DoXh>. Acesso em: 26 de Junho de 2017.

REZENDE, Fernando. **Federalismo Fiscal: Novo Papel para Estados e Municípios**. 1997.

RIBEIRO, Alcimar das Chagas. **Amadurecimento da Bacia de Campos e queda da receita de royalties na região Norte Fluminense**. Economia Norte Fluminense. Mai, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/ohsrqH>. Acesso em: 30 de Junho de 2017.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Democracia em duas dimensões: cultura e instituições**. Sociedade e estado, Brasília, v.24, n. 3, p 863-880, set/dez, 2009.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **Cooperação intermunicipal, reterritorialização da gestão pública e provisão de bens e serviços sociais no Brasil contemporâneo: a experiência dos Consórcios de Saúde de Minas Gerais**. Cadernos Metrôpole, N. 11, pp. 73-105, 1º sem. 2004.

ROCHA, Geiza. **Questionário aplicado por e-mail e enviado a Danilo Barreto de Souza**. Rio de Janeiro, 28 de Junho. 2017. [O questionário encontra-se no Anexo 3 desta monografia]

SEBRAE. **Especialistas em pequenos negócios: Quem somos**. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro 2017. Disponível em: <https://goo.gl/ZndVU6>. Acesso em: 27 de Junho 2017.

SIQUEIRA, Fábio Gustavo Viana. **Noroeste Fluminense: arranjos regionais e perspectivas de desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Candido Mendes – Campos. Orientador: José Luis Vianna da Cruz. Campos dos Goytacazes, RJ, 2015. 111 p.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação**. [S.l.: s.n.], n.d.

SOUZA, Danilo Barreto de. SOUZA, Joseane de. **Análise da prática política dos vereadores de Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã e São João da Barra**. XX CONAD. Goiânia, 2015.

SOUZA, Joseane de. **Rio de Janeiro: considerações sobre os processos de expansão urbana e interiorização do crescimento (1980-2010)**. 2017. (no prelo)

TOALDO, Adriane Medianeira. HERMANY, Ricardo. **A cooperação entre os entes federados e sociedade na esfera local enquanto estratégia eficaz de gestão democrática na saúde pública brasileira**. XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/3wek4G>. Acesso em 17 de Junho de 2017.

UENF. **Institucional: sobre a UENF**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Disponível em: <https://goo.gl/uYSiD4>. Acesso em: 27 de Junho 2017.

ANEXO 1 – CARTA REDIGIDA AO FINAL DO EVENTO SUPERA RIO NORTE

#SUPERARIO

CARTA REGIÃO NORTE

O Poder Legislativo estadual e os municipais, as autoridades dos poderes executivos municipais, as instituições e cidadãos reunidos nesta segunda-feira, dia 20 de junho, em Campos dos Goytacazes, na Universidade Norte Fluminense, dirigem-se ao Fórum #SUPERARIO para apresentar ações e iniciativas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

No encontro, foi ressaltada a necessidade de um olhar de desenvolvimento integrado regional, que tenha como foco o crescimento econômico baseado nas potencialidades da Região Norte, que reúne nove municípios, responsáveis por 14,8% do PIB estadual, 33,2% do PIB industrial Fluminense e reúne 5,5% da população estadual (905 mil habitantes). Os presentes ao encontro sugerem que nesse novo olhar:

- Sejam contemplados setores tradicionais da economia com grande potencial, como por exemplo a produção leiteira;
- Atenção e proteção à produção de carnes bovinas, sobretudo pela estrutura industrial existente na região;
- Sejam desenvolvidos programas voltados à redução dos desequilíbrios socioeconômicos regionais a partir dos usos das competências e potenciais regionais;
- A criação de um plano diretor regional de desenvolvimento, incluindo as inter-relações com outras regiões do estado;
- Criação de uma entidade consorciada para gerir o planejamento e as ações de impacto regional;
- Modernização e ampliação da estrutura aeroportuária;
- Tomada imediata e consistente de posição do Parlamento em relação à crise da universidade estadual norte fluminense, que coloca em risco sua manutenção;
- Garantia da continuidade do trabalho do Colégio Estadual Agrícola Antônio Sarlo, responsável pelo ensino técnico agrícola de gerações de produtores locais;
- Garantia de banda larga para melhoria da comunicação no campo;
- Criação de linhas de crédito mais amigáveis para a produção agrícola e de seguro agrícola;
- Articulação junto ao governo federal para garantir a duplicação das rodovias BR-356 e BR-101;

#SUPERARIO

- Construção da ponte São João da Barra - São Francisco do Itabapoana e asfaltamento da 178 Dores de Macabu – Quissamã;
- Ligação rodoviária com o Porto do Açú;
- Apoio para o projeto de barramento do rio Paraíba do Sul a jusante de Campos visando à regularização do nível do rio em época de baixa vazão;
- Manutenção da maior malha de irrigação da baixada campista, que pode ser feita com o apoio da universidade local, de forma a salvar o conhecimento do setor de recursos hídricos, e permitir a consolidação de equipamentos que sustentem a infraestrutura hidrológica da região;
- Garantia da estabilidade no fornecimento de energia, e ampliação da carga de energia disponível nas áreas e distritos industriais e empresariais;
- Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água;
- Garantir recursos para implantação de programas voltados para a melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;
- Aplicar na região, pelo menos por um período de vinte anos, todos os recursos que ela tem gerado como compensação ambiental;
- Mobilizar as bancadas estadual e federal para discussão do pacto federativo;
- Elaborar estratégias dirigidas para fomentar rendimentos crescentes nas atividades agrícola, pecuária, pesca e turismo;
- Criação de um centro de pesquisa econômica regional (parceria entre governo, universidades, organizações de apoio dos setores produtivos);
- Construir instrumentos legais que tenham como foco o combate à informalidade.

ANEXO 2 – TERMO DE RESPONSABILIDADE FÓRUM
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, **DANILO BARRETO DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº**149.525.477-10**, assumo o compromisso de responsabilidade sobre a veracidade de todas as informações técnicas e outras relacionadas ao questionário aplicado ao Fórum de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro a que tiver acesso na entrevista concebida por

Por este termo de Responsabilidade:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível;
4. A não realizar distorções nas informações prestadas.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Responsabilidade, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Campos dos Goytacazes, 21 de Junho de 2017.

Representante do Fórum de Desenvolvimento do Rio

Pesquisador Responsável

Professor Responsável

**ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO ENVIADO AO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO
DO RIO**

**Questionário ao Fórum Permanente de Desenvolvimento
Estratégico do Estado do Rio**

Questionário para coletar informações a respeito do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro e de seu evento 'Supera Rio' realizado na Região Norte Fluminense.

Identificação do Pesquisador

1. Id01- Pesquisador: Danilo Barreto de Souza
2. Id02 – Crítica:
3. Id03 - Nº Questionário: 001/2017

Identificação do Entrevistado

4. A01 - Data da Entrevista: ___/___/_____
5. A02 - Hora do preenchimento: ____:____
6. A03 – Nome do (a) representante do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro:

7. A04 - Qual é a sua função?

8. A05 – Há quanto tempo trabalha no Fórum?

9. A06 – Já desempenhou outras funções no fórum ou na ALERJ? Se sim, quais?

10. A07 - Os preenchimentos dos cargos do Fórum de Desenvolvimento do Rio se dão por meio de concurso público ou são cargos políticos?

Informações do Fórum/Câmaras Setoriais

11. B01 – Considerando que o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro pertence à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ele possui algum deputado responsável ou algum especialista a frente de suas ações? Se sim, quem é o responsável?

12. B02 – Como é composta a subdiretoria geral?

13. B03 – Considerando que os eventos são públicos e possuem entradas gratuitas, as câmaras setoriais também são? É necessário confirmar presença em todos os eventos e reuniões das câmaras setoriais?

14. B04 - Em relação às câmaras setoriais, existem deputados ou especialistas responsáveis por cada uma delas? Como são escolhidos os representantes?

15. B05 - De que forma as discussões realizadas nas câmaras chegam ao plenário ou nas comissões?

16. B06 – Os cidadãos têm direito a palavra ou a fazer perguntas durante as reuniões das câmaras setoriais ou durante os eventos Supera Rio?

17. B07 – Qual o canal mais adequado para a sociedade civil enviar propostas para discussão do Fórum de Desenvolvimento do Rio?

Informações do Supera Rio Norte

18. C01 – Todas as instituições parceiras da respectiva região enviaram representantes para o Supre Rio na região Norte Fluminense?

19. C02 – Houve dificuldade na inserção dessas instituições no evento?

20. C03 - Quais foram as maiores dificuldades para que o evento ocorresse na Região Norte Fluminense?

21. C04 – Em relação à carta redigida ao final do evento, quais dos seguintes itens já estavam em pauta antes da data do evento na ALERJ ou estavam sendo discutidas nas reuniões das câmaras setoriais?

Ações e iniciativas	Sim	Não
Sejam contemplados setores tradicionais da economia com grande potencial;		
Atenção e proteção à produção de carnes bovinas, sobretudo pela estrutura industrial existente na região;		
Criação de programas voltados à redução dos desequilíbrios socioeconômicos regionais a partir dos usos das competências e potenciais regionais;		
Criação de um plano diretor regional de desenvolvimento, incluindo as inter-relações com outras regiões do estado;		
Criação de uma entidade consorciada para gerir o planejamento e as ações de impacto regional;		
Modernização e ampliação da estrutura aeroportuária;		
Tomada imediata e consistente de posição do Parlamento em relação à crise da Universidade Estadual Norte Fluminense, que coloca em risco sua manutenção;		
Garantia da continuidade do trabalho do Colégio Estadual Agrícola Antônio Sarlo, responsável pelo ensino técnico agrícola de gerações de produtores locais;		
Garantia de banda larga para melhoria da comunicação no campo;		
Criação de linhas de crédito mais amigáveis para a produção agrícola e de seguro agrícola;		
Articulação junto ao governo federal para garantir a duplicação das rodovias BR-356 e BR-101;		
Construção da ponte São João da Barra a São Francisco do Itabapoana e asfaltamento da 178 Dores de Macabu - Quissamã;		
Ligação rodoviária com o Porto do Açu;		
Apoio para o projeto de barramento do rio Paraíba do Sul a jusante de Campos visando à regularização do nível do rio em época de baixa vazão;		
Manutenção da maior malha de irrigação da baixada campista, que pode ser feita com o apoio da universidade local, de forma a salvar o conhecimento do setor de recursos hídricos, e permitir a consolidação de equipamentos que sustentem a infraestrutura hidrológica da região;		
Garantia da estabilidade no fornecimento de energia, e ampliação da carga de energia disponível nas áreas e distritos industriais e empresariais;		
Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água;		
Garantir recursos para implantação de programas voltados para a melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;		
Aplicar na região, pelo menos por um período de vinte anos, todos os recursos que ela tem gerado como compensação ambiental;		
Solicitar as bancadas estadual e federal para discussão do pacto federativo;		
Elaborar estratégias dirigidas para fomentar rendimentos crescentes nas atividades agrícolas, pecuária, pesca e turismo;		
Criação de um centro de pesquisa econômica regional - parceria entre governo, universidades, organizações de apoio dos setores produtivos;		
Construir instrumentos legais que tenham como foco o combate a informalidade.		

22. C05 – Ainda em relação à carta redigida ao final do evento, quais dos seguintes itens se tornaram pauta na ALERJ ou estão sendo utilizadas nas reuniões das câmaras setoriais?

Ações e iniciativas	Sim	Não
Sejam contemplados setores tradicionais da economia com grande potencial;		
Atenção e proteção à produção de carnes bovinas, sobretudo pela estrutura industrial existente na região;		
Criação de programas voltados à redução dos desequilíbrios socioeconômicos regionais a partir dos usos das competências e potenciais regionais;		
Criação de um plano diretor regional de desenvolvimento, incluindo as inter-relações com outras regiões do estado;		
Criação de uma entidade consorciada para gerir o planejamento e as ações de impacto regional;		
Modernização e ampliação da estrutura aeroportuária;		
Tomada imediata e consistente de posição do Parlamento em relação à crise da Universidade Estadual Norte Fluminense, que coloca em risco sua manutenção;		
Garantia da continuidade do trabalho do Colégio Estadual Agrícola Antônio Sarlo, responsável pelo ensino técnico agrícola de gerações de produtores locais;		
Garantia de banda larga para melhoria da comunicação no campo;		
Criação de linhas de crédito mais amigáveis para a produção agrícola e de seguro agrícola;		
Articulação junto ao governo federal para garantir a duplicação das rodovias BR-356 e BR-101;		
Construção da ponte São João da Barra a São Francisco do Itabapoana e asfaltamento da 178 Dores de Macabu - Quissamã;		
Ligação rodoviária com o Porto do Açú;		
Apoio para o projeto de barramento do rio Paraíba do Sul a jusante de Campos visando à regularização do nível do rio em época de baixa vazão;		
Manutenção da maior malha de irrigação da baixada campista, que pode ser feita com o apoio da universidade local, de forma a salvar o conhecimento do setor de recursos hídricos, e permitir a consolidação de equipamentos que sustentem a infraestrutura hidrológica da região;		
Garantia da estabilidade no fornecimento de energia, e ampliação da carga de energia disponível nas áreas e distritos industriais e empresariais;		
Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água;		
Garantir recursos para implantação de programas voltados para a melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;		
Aplicar na região, pelo menos por um período de vinte anos, todos os recursos que ela tem gerado como compensação ambiental;		
Solicitar as bancadas estadual e federal para discussão do pacto federativo;		
Elaborar estratégias dirigidas para fomentar rendimentos crescentes nas atividades agrícolas, pecuária, pesca e turismo;		
Criação de um centro de pesquisa econômica regional - parceria entre governo, universidades, organizações de apoio dos setores produtivos;		
Construir instrumentos legais que tenham como foco o combate a informalidade.		

23. C06 – O evento atendeu, deixou a desejar ou superou as expectativas? Se deixou a desejar ou se superou, descreva em quais pontos.

24. C07 - Existe uma periodicidade para o evento Supera Rio nas Regiões? Se sim, quando será o próximo na Região Norte Fluminense? Se não, há expectativa para que ocorra ainda esse ano na Região Norte Fluminense?

ANEXO 4 – TERMO DE RESPONSABILIDADE DEPUTADOS
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, **DANILO BARRETO DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº**149.525.477-10**, assumo o compromisso de responsabilidade sobre a veracidade de todas as informações técnicas e outras relacionadas ao questionário aplicado aos Deputados que tiver acesso na entrevista concebida por:

_____.

Por este termo de Responsabilidade:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível;
4. A não realizar distorções nas informações prestadas.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Responsabilidade, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Campos dos Goytacazes, 21 de Junho de 2017.

Deputado Estadual

Pesquisador Responsável

Professor Responsável

ANEXO 5 – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS DEPUTADOS

Questionário aos Deputados Estaduais

Questionário para coletar informações a respeito do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro e de seu evento 'Supera Rio' realizado na Região Norte Fluminense.

Identificação do Pesquisador

1. Id01 - Pesquisador: Danilo Barreto de Souza
2. Id02 – Crítica:
3. Id03 - N° Questionário: 002/2017

Identificação do Entrevistado

4. A01 - Data da Entrevista: ___/___/_____
5. A02 - Hora do preenchimento: ____:____
6. A03 – Nome do Deputado:

7. A04 - Qual a sua idade? _____

8. A05 - Até que série o V. Ex^a estudou?
 1. Nunca estudou ()
 2. Fundamental ()
 3. Médio ()
 4. Superior ()
 5. Pós-Graduação/Mestrado ()
 6. Doutorado ()

9. A06 - Situação do último curso frequentado: 1. Completo () 2. Incompleto ()

10. A07 – Onde se concentram a maior parte de seus eleitores no Estado do Rio de Janeiro?

11. A08 – Por quantas vezes já ocupou o cargo de Deputado? Indique com o partido a que pertencia durante o mandato.

12. A09 – Já ocupou outros cargos políticos eletivos? Se sim, quais? Indique com o partido a que pertencia durante o mandato.

13. A10 – Já ocupou outros cargos políticos por nomeação? Se sim, quais?

Informações do Fórum/Câmaras Setoriais

14. B01 – Considerando que o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro pertence à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, V. Ex^a costuma participar dos debates, reuniões das câmaras e eventos do fórum?

15. B02 – Se sim, quais programações costuma ir com mais frequência? Se não, qual gostaria de comparecer?

16. B03 – Para a V. Ex^a qual é a importância do Fórum e de suas Câmaras Setoriais?

17. B04 – Para V. Ex^a o trabalho do Fórum de Desenvolvimento do Rio é satisfatório? De que forma pode ser aperfeiçoado?

18. B05 – As discussões realizadas nas câmaras setoriais e as propostas, fruto das reuniões, chegam com frequência ao plenário e/ou comissões da ALERJ?

Informações do Supera Rio Norte

19. C01 – Qual a importância dos eventos Supera Rio?

20. C02 – Em sua opinião, qual é a importância da realização deste evento na região Norte Fluminense?

21. C03 – Em relação aos participantes do Supera Rio Norte e em sua opinião, há alguma instituição ou representante político que poderia ter contribuído para o debate que não estava presente? Se sim, indique a instituição e/ou representante político e sua relevância.

22. C04 – Em relação à Carta redigida ao final do evento, quais dos seguintes itens já estavam em pauta antes da data do evento na ALERJ ou estavam sendo discutidas nas reuniões das câmaras setoriais?

Ações e iniciativas	Sim	Não
Sejam contemplados setores tradicionais da economia com grande potencial;		
Atenção e proteção à produção de carnes bovinas, sobretudo pela estrutura industrial existente na região;		
Criação de programas voltados à redução dos desequilíbrios socioeconômicos regionais a partir dos usos das competências e potenciais regionais;		
Criação de um plano diretor regional de desenvolvimento, incluindo as inter-relações com outras regiões do estado;		
Criação de uma entidade consorciada para gerir o planejamento e as ações de impacto regional;		
Modernização e ampliação da estrutura aeroportuária;		
Tomada imediata e consistente de posição do Parlamento em relação à crise da Universidade Estadual Norte Fluminense, que coloca em risco sua manutenção;		
Garantia da continuidade do trabalho do Colégio Estadual Agrícola Antônio Sarlo, responsável pelo ensino técnico agrícola de gerações de produtores locais;		
Garantia de banda larga para melhoria da comunicação no campo;		
Criação de linhas de crédito mais amigáveis para a produção agrícola e de seguro agrícola;		
Articulação junto ao governo federal para garantir a duplicação das rodovias BR-356 e BR-101;		
Construção da ponte São João da Barra a São Francisco do Itabapoana e asfaltamento da 178 Dores de Macabu - Quissamã;		
Ligação rodoviária com o Porto do Açu;		
Apoio para o projeto de barramento do rio Paraíba do Sul a jusante de Campos visando à regularização do nível do rio em época de baixa vazão;		
Manutenção da maior malha de irrigação da baixada campista, que pode ser feita com o apoio da universidade local, de forma a salvar o conhecimento do setor de recursos hídricos, e permitir a consolidação de equipamentos que sustentem a infraestrutura hidrológica da região;		
Garantia da estabilidade no fornecimento de energia, e ampliação da carga de energia disponível nas áreas e distritos industriais e empresariais;		
Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água;		
Garantir recursos para implantação de programas voltados para a melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;		
Aplicar na região, pelo menos por um período de vinte anos, todos os recursos que ela tem gerado como compensação ambiental;		
Solicitar as bancadas estadual e federal para discussão do pacto federativo;		
Elaborar estratégias dirigidas para fomentar rendimentos crescentes nas atividades agrícolas, pecuária, pesca e turismo;		
Criação de um centro de pesquisa econômica regional - parceria entre governo, universidades, organizações de apoio dos setores produtivos;		
Construir instrumentos legais que tenham como foco o combate a informalidade.		

23. C05 – Ainda em relação à Carta redigida ao final do evento, quais dos seguintes itens se tornaram pauta na ALERJ ou estão sendo utilizadas nas reuniões das câmaras setoriais?

Ações e iniciativas	Sim	Não
Sejam contemplados setores tradicionais da economia com grande potencial;		
Atenção e proteção à produção de carnes bovinas, sobretudo pela estrutura industrial existente na região;		
Criação de programas voltados à redução dos desequilíbrios socioeconômicos regionais a partir dos usos das competências e potenciais regionais;		
Criação de um plano diretor regional de desenvolvimento, incluindo as inter-relações com outras regiões do estado;		
Criação de uma entidade consorciada para gerir o planejamento e as ações de impacto regional;		
Modernização e ampliação da estrutura aeroportuária;		
Tomada imediata e consistente de posição do Parlamento em relação à crise da Universidade Estadual Norte Fluminense, que coloca em risco sua manutenção;		
Garantia da continuidade do trabalho do Colégio Estadual Agrícola Antônio Sarlo, responsável pelo ensino técnico agrícola de gerações de produtores locais;		
Garantia de banda larga para melhoria da comunicação no campo;		
Criação de linhas de crédito mais amigáveis para a produção agrícola e de seguro agrícola;		
Articulação junto ao governo federal para garantir a duplicação das rodovias BR-356 e BR-101;		
Construção da ponte São João da Barra a São Francisco do Itabapoana e asfaltamento da 178 Dores de Macabu - Quissamã;		
Ligação rodoviária com o Porto do Açu;		
Apoio para o projeto de barramento do rio Paraíba do Sul a jusante de Campos visando à regularização do nível do rio em época de baixa vazão;		
Manutenção da maior malha de irrigação da baixada campista, que pode ser feita com o apoio da universidade local, de forma a salvar o conhecimento do setor de recursos hídricos, e permitir a consolidação de equipamentos que sustentem a infraestrutura hidrológica da região;		
Garantia da estabilidade no fornecimento de energia, e ampliação da carga de energia disponível nas áreas e distritos industriais e empresariais;		
Garantir a universalização do sistema de abastecimento de água;		
Garantir recursos para implantação de programas voltados para a melhoria do nível de escolaridade e da qualidade do ensino;		
Aplicar na região, pelo menos por um período de vinte anos, todos os recursos que ela tem gerado como compensação ambiental;		
Solicitar as bancadas estadual e federal para discussão do pacto federativo;		
Elaborar estratégias dirigidas para fomentar rendimentos crescentes nas atividades agrícolas, pecuária, pesca e turismo;		
Criação de um centro de pesquisa econômica regional - parceria entre governo, universidades, organizações de apoio dos setores produtivos;		
Construir instrumentos legais que tenham como foco o combate a informalidade.		

24. C06 – O evento atendeu, deixou a desejar ou superou as expectativas? Se deixou a desejar ou se superou, descreva em quais pontos.